AQUI TEM AGRO
13º Congresso Brasileiro do Agronegócio
Agronegócio Brasileiro: Valorização e Protagonismo
ANAIS 2014
abag

Patrocínio Master

Patrocínio Ouro

Apoio

ÍNDICE

4 CERIMÔNIA DE ABERTURA
- 5 Base do desenvolvimento nacional
- 6 Diálogo e trabalho com o setor
- 7 Fortalecer as cadeias produtivas

9 PALESTRA INAUGURAL – AGRONEGÓCIO BRASILEIRO: VALORIZAÇÃO E PROTAGONISMO

14 PAINEL 1 – O AGRONEGÓCIO E AS NOVAS MÍDIAS

22 PAINEL 2 – O AGRONEGÓCIO E A SOCIEDADE

30 PAINEL 3 – O AGRONEGÓCIO E OS PRESIDENCIÁVEIS

40 HOMENAGENS
- 40 Prêmio Norman Borlaug 2014
- 42 Prêmio Personalidade do Agronegócio Ney Bittencourt de Araújo 2014

44 ENCERRAMENTO

45 REPERCUSSÃO

46 APRESENTAÇÃO DA FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO (FAESP)

CERIMÔNIA DE ABERTURA

Mestre de Cerimônia:

Damos abertura ao 13º Congresso Brasileiro do Agronegócio, uma realização da ABAG (Associação Brasileira do Agronegócio), com o patrocínio *master* da FAESP (Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo), patrocínio da ABRACASE, Banco do Brasil, Bayer CropScience, BMF&BOVESPA, BNDES, Caixa, CNH Industrial, *Case* New Holland Agrícola, Cocamar, Cooxupé, John Deere, Massey Ferguson, Monsanto, OCB, PricewaterhouseCoopers, Safras & Mercado, Syngenta, Valtra e apoio da ABAG Ribeirão Preto, inpEV e Governo do Estado de São Paulo.

Convidamos para compor a mesa:

Geraldo Alckmin, governador do Estado de São Paulo

Neri Geller, ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Luiz Carlos Corrêa Carvalho, presidente da ABAG

Aécio Neves, senador da República

Aloysio Nunes, senador da República

José Serra, ex-governador do Estado de São Paulo

Alberto Goldman, ex-governador do Estado de São Paulo

Jerônimo Goergen, deputado federal, representando a Câmara dos Deputados

Luís Carlos Heinze, deputado federal e presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária

Mônika Bergamaschi, secretária de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

BASE DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Luiz Carlos Corrêa Carvalho

No Congresso da ABAG do ano passado, a ênfase foi a de se exigir do governo federal uma efetiva atenção ao agronegócio, decisivo na economia do Brasil. Isso nos inspirou para o preparo deste 13º Congresso, que antecede as eleições majoritárias, com a meta de avaliar o protagonismo do Brasil nesse campo em que esbanja competência e liderança global. Sua inédita e relevante tecnologia tropical em modelo produtivo de alta competitividade o fez eleito pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) para liderar a importante expansão da oferta de alimentos nas perspectivas globais crescentes da demanda de alimentos neste século.

Recém-saído de uma Copa do Mundo de futebol, em que se valorizou globalmente a generosidade do nosso povo, o Brasil surpreende ainda mais na ocupação dos seus espaços. Nosso País é o campeão mundial da preservação, com área preservada de pouco mais de um terço, enquanto os países com áreas superiores a 2 milhões de quilômetros possuem apenas 9% da área protegida.

O lado complexo disso, no entanto, é o crescente, o constante e o volumoso pedido de novas áreas de conservação, de indígenas, de assentamentos e de quilombolas, amparadas politicamente. O País, campeão da preservação territorial, exige, ainda, que os agricultores assumam o ônus de preservar porções significativas no interior de seus imóveis rurais como a Reserva Legal e as Áreas de Preservação Permanente, em um crescendo que pode começar com 20% e chegar a 80% da área da propriedade rural na Amazônia.

A repercussão do crescimento do preço da terra no custo dos alimentos é apenas um dos reflexos dessa situação. Além da sua capacidade competitiva, é importante analisar os efeitos do seu agronegócio também em termos da qualidade de vida que proporciona nos lugares onde está presente. A síntese da qualidade de vida em avaliação recente pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) nos municípios agrícolas mostra o seu positivo crescimento, acompanhando ou mesmo sobrepujando o das cidades.

Com enorme desenvolvimento nos últimos vinte anos, chama a atenção, por exemplo, o algodão, com uma recuperação extraordinária, assim como salta aos olhos o período da chamada "década perdida", entre os anos 80 e 90.

No mundo sustentável que todos queremos, a produtividade é essencial. Sem ela, não há competitividade, nem sustentabilidade. Os resultados na evolução do agronegócio no Brasil são únicos e impressionantes. Como atestado de competência, merece também que se saliente o significado da tecnologia embarcada em um grão de soja ou em um tolete de cana, que rompem a velha visão de produto primário de baixo valor agregado. Na cadeia produtiva, a indústria agrega, com competência, valor sobre a tecnologia inserida no grão ou no tolete da cana.

Fundamental, no entanto, é estancar o verdadeiro processo de sangria que se observa na indústria brasileira. Essencial, neste Congresso, é também mostrar as dificuldades da produção para atender os desejos de consumo; avaliar se o que hoje vivemos é uma realidade estrutural ou se é apenas uma conjuntura.

Infelizmente, são fortes os receios do capital em alicerçar, no Brasil, o desejado crescimento sustentado do agronegócio, pois vale lembrar outros exemplos complexos, além da questão relacionada à ocupação da terra.

Temos que considerar os impactos negativos do baixo crescimento, do déficit fiscal e da elevadíssima carga tributária, além da queda do desempenho industrial no processo de desenvolvimento do agronegócio, buscando-se sempre o equilíbrio das várias cadeias produtivas nos seus diferentes elos.

Nesse clima de dificuldades e incertezas, mas também de oportunidades, teremos, no dia de hoje, uma discussão para o País do agronegócio. Devemos salientar os debates que teremos com visão prospectiva, buscando a valorização do

BRASIL: CAMPEÃO MUNDIAL DA PRESERVAÇÃO

34% do território brasileiro correspondem a gerenciar 291,4 milhões de hectares ocupados com:

- 1.098 unidades de conservação;
- 584 reservas indígenas;
- 9.128 assentamentos;
- 268 áreas de quilombolas.

Nos países com áreas superiores a 2,0 milhões de hectares, como Estados Unidos, China e Rússia, a área protegida é de 9,0%.

Fonte: Embrapa

BRASIL: ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)

Município	1970	1980	1990	2000	2010
1. Agrícola					
Soja	0,446	0,658	0,500	0,638	0,729
Cana	0,443	0,633	0,497	0,628	0,729
Algodão	0,306	0,482	0,400	0,563	0,707
Milho	0,410	0,603	0,468	0,606	0,710
2. Não agrícola	0,458	0,607	0,483	0,604	0,717

Fonte: PNUD/IPEA

agronegócio. Passaremos pelo olhar da macroeconomia e de seus impactos, da importância e papel das mídias e das redes sociais, da avaliação do mundo urbano sobre esse setor e do olhar dos candidatos ao programa que entendemos como essencial para o agronegócio. Na forma de políticas públicas essenciais orientadas ao mercado, é fundamental a atração dos investimentos privados em caminhos iluminados, claros e sem retrocessos, com compromissos firmados. Queremos fazer uma homenagem muito merecida: o etanol hidratado que movimenta os carros ainda é vivo graças ao governador Alckmin e à sua medida do ICMS.

Teremos um painel em que se verá a pesquisa de como a sociedade urbana pensa sobre os candidatos ao cargo de presidente da República do Brasil no que tange ao agronegócio. Vivemos um momento complexo e de grande transição, em que o crescimento da demanda global de alimentos e de energias será decorrência do forte aumento populacional, em acelerado processo de urbanização, com o inusitado aumento esperado da renda *per capita* nos países emergentes.

Devemos fortalecer a inteligência do mercado em um modelo global de transição. O custo do capital será maior para o Brasil, com menores incentivos fiscais, inflação alta, fraco desempenho da economia, juros mais altos nos Estados Unidos, crescimento menor na China, dólar talvez mais valorizado e a tendência de preço das *commodities* em um patamar médio mais elevado, apesar das volatilidades de curto prazo. Nesse contexto, será fundamental o treinamento de trabalhadores e mercados de capitais mais fortes para o crescimento das empresas no setor.

Com a ruptura que se apresenta, salta aos olhos a forte relação hoje existente entre os preços do petróleo e o dos alimentos. Os alimentos e biocombustíveis mudaram a lógica de preços a partir de 2007. O impacto nos preços de energia gera, em cadeia, repercussões extremamente importantes para os preços dos alimentos, algo que não observávamos antes.

Isso realça, sem dúvida, mudanças essenciais para o Brasil. O País tem o agronegócio como a base do seu desenvolvimento e plataforma de decisiva importância geopolítica global. Mas, vale criticamente um olhar aos últimos vinte anos, para questionar os momentos em que o agronegócio foi de fato prioridade neste País. Protagonista certamente foi. Seguir sendo é essencial, como é o ganho de produtividade em ambiente sustentável. José Roberto Mendonça de Barros diz que alavancar as nossas vantagens competitivas naturais, criadas especialmente a partir de novos conhecimentos de tecnologia, tem de se transformar em uma prioridade real, que devemos aqui questionar.

DIÁLOGO E TRABALHO COM O SETOR

Neri Geller

É uma satisfação estar neste Congresso como ministro do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), diante de uma plateia tão importante, onde líderes, de forma organizada – assim como é o agronegócio brasileiro –, reúnem-se para discutir os futuros da produção nacional.

No MAPA, estamos muito alinhados com as entidades. Sabemos das dificuldades de algumas áreas, mas é importante ressaltar os avanços registrados nessas últimas três décadas. O Brasil, com certeza, mostrou ao mundo a capacidade do seu produtor em incorporar tecnologia. O setor avança a passos largos no sentido de fazer a sustentabilidade e de ocupar os espaços nas esferas de governo.

Estou no Governo como ministro do MAPA, mas participei como líder classista na FAMATO (Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso) e deputado federal no Câmara dos Deputados do Congresso Nacional. Sabemos da importância do Legislativo e do Congresso Nacional. Estamos juntos com essas lideranças que representam muito bem a agricultura, a pecuária e a produção agroindustrial no País; próximos dos sindicatos, federações e entidades. É importante ressaltar a nossa vontade em fazer efetivamente as coisas acontecerem.

Sonhar é bom, planejar é necessário, mas executar é obrigação. É fazer a engrenagem da economia mover-se, principalmente pela objetividade demonstrada pelo setor. O interior do País avançou e deu uma resposta à altura aos governos. Empurrar a produção para as regiões Centro-Oeste e Norte do País fez exatamente a grande diferença.

A produção de grãos cresceu, na última década, em quase 100%. Passamos de 97 milhões de toneladas para 188 milhões no ano passado. Caminhamos para uma safra de 194 milhões de toneladas na safra 2014/15.

As linhas de crédito foram ajustadas para de acordo com a demanda requerida pelo crescimento da produção. Na safra 2013/14, disponibilizamos R$ 136 bilhões, mas foram acessados R$ 157 bilhões. Isso mostra a dinâmica do setor. A taxa de juros abaixo da linha de inflação ajuda na estruturação das propriedades. É uma ótima oportunidade para fazer investimentos em equipamentos, armazenagem, eletrificação, automação, e assim por diante. Continuamos a avançar, apesar de a taxa Selic ter subido de 7,5% para 11,0% ao ano. No Plano Safra Agropecuário 2014/15, conseguimos segurar o aumento da taxa de juros em apenas 1%, e, com isso, em termos reais, ficou melhor do que o ano passado.

A movimentação e prioridade do Congresso Nacional para votar e sancionar o Código Florestal foram fundamentais para dar segurança jurídica ao produtor e à produção nacional. Agora – também importante –, fizemos a minuta e regulamentamos o Código Florestal. Esse trabalho contou com o apoio da Frente Parlamentar da Agropecuária e da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Criamos um Conselho Nacional de Biossegurança, por meio da Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005. Substituímos a norma da Lei nº 8.974, de 05 de janeiro de 1995. Com isso, agilizamos a aprovação dos novos organismos geneticamente modificados (OGMs). Superamos a polêmica em torno da soja RR. Até agora, liberamos para comercialização trinta e sete eventos, sendo cinco de soja, doze de algodão, dezenove de milho e um de feijão.

Precisamos avançar muito ainda para flexibilizar a regulamentação e a liberação de novos defensivos agrícolas. Empenhamo-nos fortemente nesse sentido. Novos títulos privados para o financiamento agrícola, da Lei nº 11.076, também de 2004. A emergência fitossanitária, no ano passado, foi necessária para a importação de novos defensivos agrícolas. Tínhamos necessidade emergencial da molécula para controlar a lagarta *Helicoverpa*, pelo dano excessivo causado à produção nacional.

Em 2003, instituímos a Lei nº 10.823, que dispõe sobre a subvenção econômica ao prêmio do seguro rural. O governo federal disponibilizou R$ 100 milhões, em 2007, para fazer a subvenção pública. Esta cifra aumentou para R$ 700 milhões neste ano. Discutimos com as entidades e seguradoras como desenvolver esse ramo muito importante para a segurança da produção nacional.

Olhamos com atenção para o mercado internacional. Conseguimos e fizemos o fortalecimento da defesa vegetal e sanitária. Atravessamos grandes dificuldades em função da logística. Com certeza, o valor agregado é uma das grandes saídas, com a agroindústria, consolidada nas regiões Sul e Sudeste, tomando o rumo do Centro-Oeste.

Podemos citar algumas ações implementadas com resultado prático. Desde o ano passado, despendemos enorme esforço junto ao Governo chinês com a abertura do mercado na compra da soja transgênica, a Intacta. Trabalhamos, também, com os chineses, o seu acesso à nossa carne bovina.

Caminhamos atentos e muito fortes para resolver definitivamente a questão da logística. Estivemos no Congresso Nacional, em 5 de junho de 2013, para aprovar a Lei nº 12.815, da concessão dos portos. Esse é o novo marco para o investimento na área portuária.

É extremamente necessário viabilizarmos cada vez mais a iniciativa privada para acessar os recursos e, junto com o poder público, realizar a estruturação portuária. Escoaremos a produção, seja de grãos, seja de produtos com valor agregado, como a carne e outros derivados, para o eixo Norte.

Na concessão para a modernização das rodovias, o trecho da BR-163 da divisa do Mato Grosso com o Pará até Santarém está em licitação, com o começo das obras. A BR-040 (que liga Juiz de Fora-MG a Brasília), a BR-050 (rodovia radial de Brasília a Santos-SP) e a BR-262 (que interliga os Estados do Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo e Mato Grosso do Sul) são outros eixos extremamente importantes. Essas ações precisam ser feitas para destravar o transporte e gerar emprego e renda.

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) prioriza a garantia do preço mínimo. O Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural (PEPRO) do milho relativo à safra 2013/14 receberá aporte de R$ 500 milhões. A expectativa é de que este volume de recursos seja suficiente para atender 10 milhões de toneladas do grão. Outros produtos também serão assistidos.

Reativamos o Programa Moderfrota (Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras), a pedido da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ), contemplada com taxa de juros abaixo a da inflação.

Trabalhamos pautados em função de termos uma política agrícola definida. Ouvimos o setor e nos posicionamos. Esforçamo-nos para construir um ambiente de transparência e de solidez entre o setor e o Governo, que deve ser o grande indutor do desenvolvimento do agronegócio.

FORTALECER AS CADEIAS PRODUTIVAS

Geraldo Alckmin

Destacamos o compromisso com o fortalecimento das cadeias produtivas. Com seus institutos de pesquisa, universidades e a FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), São Paulo investe perto de R$ 1 bilhão por ano em pesquisa e desenvolvimento no setor. Isso beneficia também as regiões Sudeste e Centro-Oeste, os Estados vizinhos.

Desenvolvemos um programa de estradas vicinais, o Melhor Caminho. Ampliamos a malha rodoviária, com a duplicação da Rodovia Assis Chateaubriand, entre os municípios de São José

do Rio Preto e Euclides da Cunha Paulista, na divisa com o Mato Grosso do Sul, no Rio Paraná. Estamos quintuplicando o trevo de entrada de Cubatão, com o anel viário da Anchieta. Expandimos, com mais duas faixas de cada lado, a Rodovia Cônego Domênico Rangoni, para melhorar o acesso ao Porto de Santos. Duplicamos a Rodovia dos Tamoios, no Alto da Serra, também para melhorar o acesso ao Porto de São Sebastião.

Realizamos, neste momento, o novo contorno de Caraguatatuba para chegar dentro do Porto em São Sebastião, com uma nova autoestrada. Evitaremos a passagem por dentro de São Paulo, com o Rodoanel. Entregamos o trecho leste, de Mauá até a Rodovia Ayrton Senna. O trecho norte até a Rodovia Dutra está em obras.

Interligamos Cumbica, o maior aeroporto brasileiro, com Santos, o maior porto brasileiro, sem passar por São Paulo, por meio de 176 quilômetros de Rodoanel Metropolitano. Assinamos com o governo federal e estamos, no mesmo canteiro de obras, com os trabalhos de terraplanagem da asa norte do Ferroanel. Isso fortalecerá o transporte de carga por ferrovia, sem passar por dentro da cidade, na Estação da Luz.

Na hidrovia, estamos praticamente parados, em razão da seca. O operador nacional do sistema prioriza a energia elétrica. Essas mudanças climáticas gravíssimas afetam também a Califórnia (EUA), Austrália e muitos países do mundo. Mas, isso é passageiro.

Houve investimento de R$ 1,5 bilhão, em parceria com o governo federal, no derrocamento e aprofundamento dos gargalos do Rio Tietê, para levar a hidrovia até Piracicaba e fazer a integração com o sistema ferroviário. O setor privado fez uma bela dutovia de Paulínia a Ribeirão Preto que segue, agora, para Minas Gerais e Goiás. Retiramos o ICMS para o lastro do duto e fizemos um diferimento de ICMS para estimular a dutovia no Estado.

O FEAP (Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista) já financiou mais de R$ 600 milhões. Nos programas como o Pró-Trator e Pró-Implemento, os financiamentos maiores são sem juros, com três anos e seis anos de carência, respectivamente. Os beneficiados são os pequenos e médios produtores. No caso do setor sucroalcooleiro, cabe uma palavra especial. Para muitos Estados brasileiros, não só para São Paulo, ele é fundamental. Precisamos dar o exemplo e manter essa conquista brasileira que é o etanol. É energia limpa, verde e renovável, com o carro *flex*. Sofremos por essa política equivocada do governo federal. Em São Paulo, mantemos a competitividade, porque o ICMS na gasolina é 25% e no álcool, 12%. Na bioeletricidade, retiramos o ICMS para todos os bens de capital, para o *retrofit* das usinas. Fortalecemos, assim, a produção de eletricidade por biomassa.

Estabelecemos o compromisso com o agronegócio, setor importante na sustentabilidade, que segura a balança comercial e significa emprego e renda para a sociedade.

PALESTRA INAUGURAL

AGRONEGÓCIO BRASILEIRO: VALORIZAÇÃO E PROTAGONISMO

Coordenador: Luís Carlos Heinze, deputado federal e presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária

Palestrante: Samuel Pessoa, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas

Samuel Pessoa

O tema 'protagonismo do agronegócio', de certa forma, dispensa muita elaboração. Se olharmos os números do Produto Interno Bruto para 2014, o País crescerá 0,6%. A indústria recuará 2% e os serviços avançarão em 1,1%, enquanto a agropecuária aumentará 3,2%. O crescimento da economia brasileira está, em grande medida, sustentado pelo agronegócio.

Para um macroeconomista, preocupado com o desenvolvimento de longo prazo, as vantagens comparativas desse setor são muito claras. Assim, organizarei a apresentação em quatro itens:

• a natureza da aceleração do crescimento econômico nos oito anos do governo Lula e da desaceleração do crescimento econômico dos quatro anos da presidente Dilma;

• as duas agendas diferentes no processo de escolhas das políticas públicas e econômicas no País durante os últimos vinte anos;

• um paralelismo surpreendente entre os ciclos de política econômica observados na redemocratização de FHC para cá e no período ditatorial com Castelo Branco até Geisel;

• o cenário para este e os próximos anos.

Direto ao primeiro item, temos o crescimento médio anual de 4% da economia nos oito anos de Lula, contra 2,3% no governo de FHC. Um incremento de 1,7%. Nos quatro anos de governo Dilma, a média ficará próxima de 1,7% ao ano e, portanto, 2,3% abaixo do observado no governo Lula.

Essa aceleração no governo Lula e desaceleração no de FHC foi um fenômeno de produtividade. As taxas de crescimento do estoque de capital da economia e das horas trabalhadas nos governos de FHC, Lula e Dilma não foram muito diferentes.

O crescimento superior no governo Lula aconteceu porque os investimentos e a taxa da população ocupada aumentaram. Da taxa de crescimento desses fatores produtivos, extraímos mais produto, com maior produtividade.

A redução da taxa de crescimento do governo Dilma não se deve a uma redução da taxa de crescimento do estoque de capital e da taxa de crescimento das horas trabalhadas. O fenômeno é explicado por menor produtividade.

Tivemos, então, com relação à produtividade, um período de aceleração no governo Lula e de desaceleração no governo Dilma. Muitos condicionam essa variação à dinâmica internacional. Discordamos dessa tese por dois motivos: primeiramente, pelo fato de a economia brasileira ser uma das mais fechadas no mundo; e, em segundo lugar, devido à evolução no preço relativo da pauta exportadora *vis-à-vis* à pauta importadora no quadriênio da presidente Dilma, quando se compara aos anos de Lula e FHC.

O choque positivo de termos de troca é um fenômeno pouco observado pós-crise de 2008. Antes disso, tanto os preços das *commodities* como os da pauta importadora subiram. Foi um período marcado por um enorme déficit externo americano e de desvalorização do dólar. Os preços internacionais das *commodities* e dos bens manufaturados tiveram certa inflação. Os economistas apoiadores da mudança no regime da política econômica brasileira não possuem uma visão sobre isso.

Agenda de vinte e cinco anos

Como segundo item, quando olhamos a formulação da política econômica no Brasil, há um fato permanente nos últimos vinte e cinco anos: a majoração da carga tributária. Essa elevação está associada a uma agenda muito profunda a ser negociada entre a sociedade e o Congresso Nacional. Chamamos isso de contrato social da redemocratização. A característica das sociedades muito desiguais, como a brasileira, é a de ter uma renda média bem acima da renda mediana.

Assim, é muito forte a demanda da sociedade por equidade e aumento de carga tributária, para servir programas de transferência de renda, e a construção de um estado de bem-estar social no modelo europeu continental é muito forte. Essa agenda, que está conosco desde a Constituição de 1988, ficou um pouco parada nos últimos doze anos.

Precisamos olhar para dentro do setor público, com envolvimento até das agendas legislativas, para ver as possibilidades de gerir com mais eficiência esse estado de bem-estar social. Isso explica o aumento da carga tributária.

Existe uma segunda agenda na formulação da política econômica no Brasil associada à maneira como os formuladores de política do momento enxergam o conjunto de medidas corretas e ideais para alavancar a taxa de crescimento do Brasil.

Até 2008, houve, na transição do governo FHC para o Lula, uma continuidade nas políticas econômicas. Tivemos o período chamado de "Malocci", junção dos ministros da Fazenda Pedro Malan e Antônio Palocci. O regime de política econômica ligado à agenda do contrato social da redemocratização, independentemente do formulador da política econômica, priorizava a defesa de regras, sistemas, modelos, regimes e, principalmente, tratar os iguais de forma isonômica. O desenvolvimento econômico era essencialmente um processo privado, enquanto a função do setor público era criar um marco institucional legal e cuidar de áreas como Pesquisa, Desenvolvimento e Educação.

A aceleração do crescimento, no governo Lula, decorreu da maturação dessas reformas institucionais do governo FHC e daquelas feitas pelo ministro Palocci, principalmente na área de crédito. Foi uma transição extremamente pacífica e de alto nível entre os dois partidos que disputam o poder de forma muito acirrada. Descobrimos um governo de esquerda responsável do ponto de vista fiscal.

Isso gerou um *boom* de crescimento e desenvolvimento. As taxas de investimento aumentaram, mas saíram de uma base deprimida, de 13% do PIB, em 2003. As taxas médias de investimento ficaram no mesmo patamar nos governos de FHC e Lula. O crescimento ocorrido na produtividade reflete bem a maturação dessas reformas institucionais.

Introdução de nova agenda

A partir de 2009, com a entrada do ministro Guido Mantega, como resposta à crise mundial de 2008, a equipe formuladora da política econômica introduziu uma nova agenda. A ideia predominante foi de que o crescimento e o desenvolvimento econômico podem ser construídos pela intervenção direta do setor público.

Devemos deixar clara a distinção entre estado de bem-estar e programas sociais com intervenção direta na política econômica. São duas agendas diferentes. Esta segunda agenda está associada a uma particular leitura do atual grupo formulador da política econômica com o processo de desenvolvimento, como dos tigres asiáticos, por exemplo.

A renda *per capita* da Coreia era inferior à brasileira há cinquenta anos, mas, hoje, supera-a em três vezes. Os coreanos possuem um dos melhores regimes públicos de educação fundamental. A sua taxa de poupança roda entre 30% e 35% do PIB. Com um Estado leve, consegue fazer investimentos de infraestrutura física de forma muito eficiente. Enfim, mercado com bom funcionamento, em qualquer lugar do mundo e momento da história, gera altas taxas de desenvolvimento econômico. Esse desempenho coreano é fruto disso.

Se perguntarmos aos atuais formuladores da política econômica as suas interpretações sobre o crescimento coreano, as respostas poderão ser outras.

Depois de produzir enorme repressão financeira, a Coreia alocou a poupança social para os setores com as melhores opções de ganho, fechou a economia para importação seletivamente e fez uma política forte de consolidação empresarial para gerar as campeãs nacionais. Isso alavancou o crescimento coreano. Educação, infraestrutura e taxas elevadas de poupança são consequências endógenas desse sistema.

Evidentemente, como a Economia é uma ciência social, sem boa base de dados e com dificuldade para fazer teste estatístico e selecionar quem tem a visão correta ou não, essa leitura diferente do processo de desenvolvimento econômico gerou uma alteração do regime de política econômica brasileira, com descuido do processo de controle inflacionário.

A inflação roda a 6,5% ao ano faz quase quatro anos. Levamos o superávit primário para 3,7% do PIB em 2008, e, hoje, mesmo se limparmos as distorções, ele fica em

0,5% do PIB. Utilizamos a política cambial para combater a inflação. Passamos a uma política muito discricionária de estímulo a investimento a alguns setores e algumas empresas, de desoneração da folha de salário, muitas vezes sem muita racionalidade, de aumento da tarifa de importação, e assim sucessivamente.

Um processo muito discricionário dificulta a construção de horizontes prospectivos para avaliação de projetos de investimento. O mundo é muito incerto. Um desenvolvimento institucional com prioridade na construção de regras e sistemas permite formular diferentes cenários. Se montarmos a política econômica com esparadrapos, teremos confusão, com o empresariado e o cidadão sem horizonte para planejar a sua vida.

Baixamos a taxa de juros na marra e começamos a segurar o preço da gasolina para a inflação não subir, com isso, geramos problemas na Petrobras. Estimuladas, as empresas do setor sucroalcooleiro desenvolveram o *business plan* e investiram pesado. Havia a regra de fixação de preço da gasolina, com a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) e as externalidades positivas do etanol. Foi tudo quebrado. Os projetos se inviabilizaram. O BNDES oferece mais recurso, mas o problema não resolve. A bola de neve cresce e se espalha, enquanto o PIB empaca.

Então, enxergamos a aceleração do crescimento no governo Lula como decorrente da maturação das reformas institucionais do "período Malocci", bem como a desaceleração do crescimento da presidente Dilma como decorrente da maturação das contrarreformas institucionais feitas a partir de 2009, quando adotamos uma agenda política econômica antiquada.

Durante um longo tempo, tentamos em vão controlar a inflação mediante o congelamento no preço de serviço de utilidade pública. Entendemos a desaceleração da economia como fruto do regime adotado a partir de 2009. É duro, mas sabemos que a reputação é muito mais difícil de ser construída do que destruída.

Dois ciclos econômicos parecidos

Vamos lembrar a nossa história no pós-guerra. Passamos duas vezes por um ciclo parecido de política econômica. Pode parecer pessimista, porque revela certa compulsão de repetir os mesmos erros. No período mais recente da redemocratização, liberalizamos a economia com reformas institucionais no sentido da construção de regimes, sistemas, instituições, o chamado "período Malocci".

Em seguida, tivemos a recuperação do crescimento econômico com o governo Lula. Em 2008, veio a crise interna-

cional. A resposta dos formuladores de política econômica foi aumentar a estatização, com a intervenção direta do Estado na economia. É hipertrofiar o papel do Estado na regulação da economia.

Caminhamos para a "estagflação", com taxa de inflação de 6,5% e taxa de decrescimento do PIB de 0,5%. Durante o Regime Militar, tivemos um período curto de liberalização da economia, mais fácil de realizar no regime de força. No governo Castelo Branco, construímos um belo marco constitucional. A autobiografia "Lanterna na Poupa", de Roberto Campos, descreve as reformas inconstitucionais feitas naquele período. Veio o governo Médici, com a aceleração do crescimento e o chamado Milagre Econômico.

Em 1973, último ano do governo Médici, tivemos um choque externo, com a triplicação do preço do petróleo pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). A resposta dada pelo governo Geisel àquele desafio internacional foi muito parecida com a feita pelo governo Dilma: potencializamos ao máximo a intervenção do Estado na economia. E, então, entramos numa longa estagnação e saímos só a partir do governo Lula.

A grande diferença – para nos deixarmos ser otimistas – consiste no fato de sermos uma democracia plena. O espaço para os fazedores de política econômica cometerem erros é bem menor. O eleitorado vem e tira-os.

Temos claros sinais do ponto de vista do nosso desenvolvimento institucional, com presidente forte, de coalizão e multipartidário. Na América Latina, talvez só o Chile esteja na nossa frente. Possuímos Judiciário atuante, imprensa sofisticada, com Ministério Público, Controladoria-Geral da União e Tribunal de Contas da União. Conseguimos construir um arcabouço constitucional que faz com que a coisa funcione.

Evidentemente, se houver transição política, com ajustamentos, sairemos para uma situação melhor. Se não houver transição política, a recomposição macroeconômica será feita, mas com cenário de crescimento baixo.

Cenário atual e para os próximos anos

Estamos com crescimento muito baixo no PIB, não só pela elevação da taxa Selic, mas associado a alguma incerteza ligada à Copa do Mundo e ao novo regime de política econômica para 2015, se a presidenta for reeleita. Andamos para trás em 3% nos investimentos, o grande item da demanda agregada. Os consumos das famílias e do Governo crescerão, respectivamente, 1,8% e 1,5%. Do lado da oferta agregada, o recuo da indústria pesa bastante.

Esse padrão de crescimento baixo para 2014, de 0,6% no PIB, é muito parecido com o 1,1% de dois anos atrás, de 2012, com o consumo mais ou menos em ordem e uma forte redução do investimento. Com relação ao cenário inflacionário, devemos fechar em 6,5%, com 5,5% de recomposição de preços administrados, ainda aquém da inflação cheia. Os serviços rodam, provavelmente, a 8% e 5% e, portanto, só 0,2% abaixo do ano passado, em que rodaram a 8% e 7%.

A inflação está muito pressionada. A sua composição é difícil, por ser maior no setor de serviços. Podemos fechar a taxa de câmbio em R$ 2,50. Para 2015, o cenário político influenciará muito. Se houver transição, caminharemos no sentido de reconstruir o regime de política econômica. Com ganho de eficiência na economia, poderemos, em dois a três anos, chegar a um PIB com crescimento de 3,0% a 3,5% ao ano. Se não houver transição, teremos duas perspectivas: uma de ajustamento moderado, com recomposição do superávit primário, alinhamento das tarifas públicas, convergência da inflação para meta e maior controle cambial.

De 2003 para cá, tivemos três períodos distintos na taxa de câmbio. Até 2005, por conta do superávit nas transações correntes, o passivo externo líquido se reduzia. Depois, até a crise de 2008, com a alta taxa de crescimento do PIB, a relação do passivo externo líquido como proporção do PIB diminuiu. No pós-crise, com os ganhos fortes nos termos de troca, o real sofreu valorização.

A trajetória futura do termo de troca é estável, mas com déficit nas transações correntes de 3,7% do PIB. Os fundamentos associados à formação da taxa de câmbio no médio prazo apontam na direção de uma desvalorização.

Com relação ao setor produtivo, inclusive do agronegócio, essa é uma agenda conhecida. Precisamos fazer uma reforma para reduzir o custo da legislação tributária. Somos de longe o pior País do mundo nessa questão. Essa distorção é a mesma provocada pela inflação nos anos 80 e 90. As empresas necessitam de departamentos inchados para fazer essa gestão. Há uma proliferação de escritórios de advocacia no campo tributário. Do ponto de vista da eficiência da economia, essa é a nossa agenda mais importante.

Luís Carlos Heinze

Cumprimentamos a ABAG pela realização do 13º CBA e o professor Samuel Pessoa pela excelente palestra.

Na Câmara dos Deputados, as minhas preocupações e de outros parlamentares estão ligadas à ideologização nos assuntos relacionados à definição das Unidades de Conservação (UCs), na remarcação de terras indígenas e o reconhecimento das áreas de quilombolas. Temos ainda a aplicação do novo Código Florestal e os critérios para estabelecimento das áreas de preservação permanente e de reserva legal. Estamos com as enormes exigências na legislação trabalhista, com a aplicação da Norma Regulamentar (NR) 31. Poderíamos estender-nos e citar outros exemplos, mas paramos por aqui, pois apenas gostaríamos de passar alguns pontos importantes a serem tratados pelo Legislativo para o agronegócio.

PAINEL 1

O AGRONEGÓCIO E AS NOVAS MÍDIAS

Moderador: Heródoto Barbeiro, jornalista

Rodrigo Mesquita, jornalista com formação em História e atuação em novas Tecnologias de informação

Demi Getschko, engenheiro e professor da PUC-SP

Elizabeth Saad Corrêa, professora da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP)

Heródoto Barbeiro

Essa questão relacionada às novas mídias mexe com o agronegócio, a comunicação e a sociedade. Ficamos perdidos nesse contexto. A oportunidade é excelente para acompanharmos a fala dos painelistas.

Demi Getschko

Chamamos a atenção para o tamanho da ruptura tecnológica provocada pela internet no comportamento da sociedade. Certamente, ninguém teve essa previsão. Desde o começo, como rede acadêmica e troca de correio eletrônico, a surpresa do público já era muito grande. Em 1993, o mundo passa a ter voz e a participar disso, quando a *web* diminui de forma geral a barreira de entrada.

Como sabemos, a internet é um sistema global de redes de computadores interligadas para servir usuários no mundo inteiro. Ela é formada por milhares de outras redes de organizações privadas, públicas, acadêmicas e de governo. Com alcance local e global, ela proporciona uma extensa gama de recursos de informação e serviços.

Constituída em 1998, a Corporation for Assigned Names and Numbers (ICANN, na sigla em inglês) é uma parceria, sem fins lucrativos, de pessoas localizadas em diferentes partes do mundo dedicadas a manter a internet segura, estável e interoperacional. O seu objetivo é promover a concorrência e desenvolver uma política aplicável à utilização de identificadores únicos, sem controlar os conteúdos disponíveis na internet. O presidente da ICANN é Steve Crocker, que trabalha desde o início na comunidade da internet.

As sinergias na internet na área de tecnologia são fortes, com a criação, o tempo todo, de aplicativos e de *softwares*, integrados com as redes locais. Como possui uma baixa barreira de entrada, uma das primeiras áreas a serem afetadas foi a de mídia. Apareceram, então, maravilhas, como, por exemplo, a Wikipédia.

Existem situações mínimas de coordenação na internet, por se contar com a colaboração de milhares de outras redes. A numeração Internet Protocol (IP) é a tecnologia que permite aos aparelhos conectarem-se à internet, seja uma pequena máquina, um grande computador ou um telefone. A pessoa identifica-se à rede por um número IP. Então, números e nomes, por exemplo, terminados por 'BR' passam por uma coordenação. Da mesma forma, as terminações em 'ORG', 'ONG', 'DE' e 'CL'.

Mas, na internet, ainda temos alguns problemas. Um deles, por exemplo, é a numeração atual, o IPv4, cuja capacidade de suportar os endereços IP está no limite. Teremos de trocar a identificação do IP, da mesma forma que a telefonia e as placas de carros ganham letras e números. A nova configuração, chamada IPv6, permitirá a interligação da internet com eletrodomésticos e outros aparelhos. Depois de testar o IPv6 nas suas agências federais desde 2005, o governo dos Estados Unidos liberou-o para nova revisão em 2008.

No Brasil, em maio de 1995, o acesso à internet via Embratel começou a funcionar de modo definitivo. Ainda em 1995, foi criado o Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), com o objetivo de traçar os rumos da implantação, administração e uso da internet no País, com a coordenação dos IPs. Participariam do Comitê Gestor membros do Ministério das Comunicações e do Ministério de Ciência e Tecnologia, representantes de provedores, prestadores de serviços ligados à internet e representantes de usuários e da comunidade acadêmica.

O CGI.br possui, ainda, como atribuições principais: fomentar o desenvolvimento de serviços da internet no Brasil, recomendar padrões e procedimentos técnicos e operacionais, além de coletar, organizar e disseminar informações sobre os serviços da internet.

Na época, o ministro Sérgio Motta posicionou-se sobre a necessidade de regular as telecomunicações. Em 1997, foi criada a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). A sua missão é promover o desenvolvimento das telecomunicações do País, de modo a dotá-lo de uma moderna e eficiente infraestrutura de telecomunicações, capaz de oferecer à sociedade serviços adequados, diversificados e a preços justos, em todo o território nacional.

O Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), desde 2005, na condição de braço direito do CGI.br, implementa as suas decisões e projetos. O NIC.br recebe recursos não públicos do Registro.br, responsável pelo registro de nomes de domínios, da administração e da publicação do Sistema de Nomes de Domínios (DNS) para o domínio ".br", além dos serviços de distribuição e manutenção de endereços na internet.

Marco Civil da Internet

No Brasil, o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014) regula o uso da internet no País, por meio da previsão de princípios, garantias, direitos e deveres para quem usa a rede, bem como da determinação de diretrizes para a atuação do Estado.

Entre os principais eixos temáticos tratados e adotados pelo Marco Civil da Internet, estão a privacidade, a neutralidade e a inimputabilidade da rede. Estes princípios garantiriam os direitos e liberdades democráticas de internautas frente a ações abusivas de governos (nacionais e estrangeiros) e empresas prestadoras de serviços.

Como é um valor adicionado, a internet não possui necessidade de licença para operar ou criar um provedor. A grande luta é preservar a internet como uma rede sem regulação e de baixa barreira de entrada para permitir a inovação livre.

Na internet, não se espera nada mais complexo do que a entrega simples de dados e de pacotes. Se ela fosse mais complexa, certamente não teria esse crescimento em tão curto tempo, de quase duas décadas.

Qualquer pessoa joga ideias, e a internet escolherá e eliminará aquelas que caíram ou não na aceitação da comunidade. As redes sociais, por exemplo, nasceram há pouco tempo e conseguiram um sucesso rápido. Outras aplicações, como, por exemplo, do Second Life, não foram tão bem-vindas e sumiram. O Twitter demorou de dois a três anos para virar um sucesso.

A fundamentação básica da internet para o princípio de neutralidade é a rede fim a fim, sem ninguém no meio do caminho para interferir na transferência dos dados e informação de um ponto a outro. Um pacote emitido para alguém do outro lado da rede não será afetado por ninguém e por nenhum motivo.

Não queremos que ninguém interfira no tráfego de pacotes nem entregue uma rede deformada ao usuário. Quando assinamos a TV a cabo, ganhamos acesso a um conjunto de pacotes. Na internet, como não sabemos as aplicações que surgirão de hoje para amanhã, isso é a neutralidade.

A internet pode controlar tudo que fazemos, porque isso é baseado em protocolos. Quando ligamos e escutamos uma estação de rádio, a emissora não sabe que estamos sintonizados a ela. Se acessarmos a mesma estação de rádio pelo sítio da internet, a estação de rádio saberá que passamos a acessá-la. Então, se a internet for deixada à mercê daqueles que querem controlá-la, haverá destruição da privacidade completamente.

Para os empreendedores, é fundamental a culpa recair sobre os reais culpados pela geração de um conteúdo inadequado, e não sobre o provedor de hospedagem. Um carteiro não será considerado culpado se recebermos uma carta criticando-nos. A neutralidade impede discriminações no trânsito da rede dos pacotes de dados em relação a seu conteúdo ou origem.

O Marco Civil é um projeto absolutamente não partidário e geral, com o apoio de todos os setores brasileiros e da comunidade. Vint Cerf, referenciado como um dos fundadores da internet, costuma dizer que a internet "não tem culpa do que acontece, porque ela reflete o que a sociedade é ". Se quebrarmos o espelho, por exemplo, não mudaremos a realidade que ele mostra.

Na verdade, não gostaríamos de enxergar a parte técnica da internet. Tudo deveria ser automaticamente usado e sumir do nosso dia a dia, assim como ninguém fica preocupado com a eletricidade. Simplesmente, enfiamos o equipa-

mento na tomada de energia, e pronto. Max Weiser diz que "as tecnologias mais profundas desaparecem e se envolvem dentro do tecido geral".

Tecnologia em crescimento

Em 2012, foi instituído o Centro de Estudos sobre as Tecnologias de Informação e da Comunicação (CETIC.br), atuando sob os auspícios da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), hospedado pelo NIC.br. O seu objetivo é cooperar com países da América Latina e países lusófonos da África para a construção de sociedades de conhecimento inclusivas.

O ".br" (Brasil) é o domínio de topo que foi delegado ao Brasil na internet em 1989. O responsável por esta delegação foi o ex-cientista de computação estaduninse Jon Postel, que contribuiu significativamente para o desenvolvimento da internet, particularmente com respeito a normas. Ficou conhecido principalmente por ser o editor das séries de documentos "Request for Comments" (RFCs) e pela administração da Internet Assigned Numbers Authority (IANA).

Primeiro centro de estudos da UNESCO sobre a sociedade da informação e conhecimento, as atividades do CETIC.br contribuem para o debate sobre a importância da medição das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) para as políticas públicas. Duas de suas linhas de ações são:

- Capacitação em Metodologia de Pesquisa: formação e qualificação do debate sobre o uso de estatísticas na formulação e avaliação de políticas públicas e pesquisas acadêmicas, voltadas principalmente para gestores públicos, pesquisadores e estatísticos envolvidos no planejamento, realização e uso de pesquisas sobre TIC; e
- Centro de Conhecimentos: disseminação e divulgação de informação e conhecimento, incluindo metodologias de pesquisa, indicadores, análises e publicações temáticas.

Responsável pela geração dos produtos de estatística, o CETIC registra 3.450.000 domínios sob o ".br", sendo que cada um paga R$ 30. Essa é a receita. Temos, por exemplo, um subdomínio chamado "eco.br", usado pelo pessoal de ecologia; um outro "agr.br", usado pelo pessoal do agronegócio. A vantagem destes domínios é a baixa quantidade de nomes registrados. Devem haver ótimos nomes disponíveis tanto em eco, como em agro. Sugerimos uma visita a eles.

A proporção total de domicílios com acesso à internet, em 2013, foi de 43%, correspondendo a 27,2 milhões em números absolutos, tendo 51% da população como usuária. Nas áreas urbanas, a proporção de domicílios com acesso à internet é de 48%, enquanto, nas áreas rurais, é de 15%. Domicílios com computador também são menores nestas áreas, com 21%, contra 53% nas áreas urbanas. Esses são dados do IBGE.

O Norte é a região do Brasil com a menor proporção de domicílios com acesso à internet. Apenas 26% dos lares contam com o serviço, atrás do Nordeste (30%), Centro-Oeste (44%), Sul (51%) e Sudeste (51%).

PROPORÇÃO DE ACESSO À INTERNET (%)

Ano	População	Domicílio
2008	34	18
2009	39	24
2010	41	27
2011	46	36
2012	49	40
2013	51	43

Fonte: Pesquisa TIC domicílios

Não temos nenhuma pesquisa específica sobre agronegócio, mas temos sobre empresas e domicílios na área rural e na área urbana. Esperamos que sejam de utilidade.

No Brasil, a internet cresce bem acima da maioria dos indicadores brasileiros, com expansão histórica de 10% ao ano. Na classe A, 98% já possuem acesso; na classe B, 80%; na classe C, caem para 39%; e, nas classes C e D, são somente 8%.

Como é mais complexo levar a infraestrutura para a área rural, o acesso via telefone celular é uma alternativa cada vez mais importante para manter o pessoal conectado com a comunidade. A internet causou um grande impacto na área de mídia, como jornal e TV, e de telecomunicação, com uso dos serviços sobre IP. No agronegócio, como ela disseminará informação e conhecimento entre os usuários, certamente haverá impacto positivo na produtividade.

Elizabeth Saad Corrêa

Traremos a visão do impacto da comunicação na sociedade. As mídias digitais influenciam todos os setores da vida cotidiana. Vivemos envolvidos por uma sucessão de dúvidas no mundo analógico ou digital, o *online* ou *off-line*. Devemos ter um *website*. Usamos mídias sociais: o *web* 1.0, 2.0, e já se fala em 3.0. Como nos posicionarmos?

O ambiente passa por uma sucessão de mudanças. O modo como nos informamos, visibilizamos e externamos está completamente diferente de antes. A participação é mais coletiva. Vemos isso na primeira e segunda posses do presidente Obama, na escolha do Papa Francisco, na Copa do Mundo, na erguida da taça de campeã pela Alemanha, no *selfie* da Angela Merkel e em outros eventos.

De alguma maneira, precisamos acompanhar essa evolução no dia a dia pessoal e dos negócios. Fica a questão: tudo isso acontece por conta só da tecnologia: a internet, o celular, o *tablet*? Será porque existe o Google,

a Apple, a Microsoft e o Facebook? Enfim, o que ocorre nesse processo?

Podemos ir um pouco além se olharmos sob o ponto de vista da comunicação, pois falamos sobre pessoas. A natureza humana é essencialmente social. Impactados pela tecnologia, adequamo-nos a esses dispositivos para executar a socialização.

Estamos em processo de adaptação e de evolução com a internet, os celulares, etc. De alguma forma, como incorporamos todas essas inovações e facilidades, vale a pena explorá-las ao máximo não só para a sociabilidade, mas também para os negócios.

Nesse novo panorama, existem algumas características importantes para se levar em conta na construção da estratégia de comunicação dentro do próprio negócio. Como o uso de dispositivos móveis possibilita a geolocalização, temos a conectividade para dizer ao usuário o momento, o local e o tipo de plataforma da aplicação.

Essas possibilidades tecnológicas permitem ativar a participação de múltiplas vozes, na medida em que há uma disseminação mais ampla do uso dos dispositivos móveis conectados às redes digitais.

Quando se amplia a possibilidade de manifestação dos diferentes públicos, a forma de se comunicar e conversar entre si modifica-se radicalmente. O comunicador ganha capacidade para a criação de conteúdos específicos dirigidos a esses conjuntos de pessoas em movimento, com plataformas em diferentes locais e momentos.

Há, com isso, uma modificação radical no processo de comunicação tradicional, chamada de deslocamento do polo de emissão. Antigamente, estávamos acostumados a controlar a mensagem, naquele processo de emissão e recepção. Havia uma garantia naquilo sobre o discurso e a mensagem dirigida ao usuário final.

Esse processo fica mais frágil com o aumento dos emissores e dos receptores. Os papéis comunicacionais ficam com maior ubiquidade e mais homogêneos. Além de não se saber onde estão os emissores e os receptores, é possível serem ambos ao mesmo tempo. Isso exige nova forma de estratégia e posicionamento para a empresa comunicar-se com os seus públicos.

A comunicação mais unidirecional, com discurso único e receptor passivo, assistindo apenas ao programa de TV, em que um fala e outro escuta, não funciona mais tão facilmente. Na linguagem da internet, ficou "*hashtag fail*". Esse discurso é rapidamente contestado nas próprias redes sociais.

Na postura comunicativa das empresas, existe um problema bastante forte de replicação e de contestação. Por isso, para montar uma estratégia de comunicação, deve-se olhar para multiplicidade de públicos do seu ambiente de comunicação.

Os múltiplos públicos não são o público com que nos acostumamos a falar diretamente. Na rede digital, ficamos expostos a outros públicos, além daquele das mídias tradicionais. As atenções sobre a sua marca são mais amplas do que aquelas vinculadas ao seu consumidor e fornecedor. Esses olhos opinam e se manifestam em várias plataformas.

Uma multiplicidade importante é a multiplicidade de telas. Quando acessam informações pelo celular, computador,

tablet, televisão e outros meios audiovisuais, as pessoas, muitas vezes, não gostam de encontrar o mesmo conteúdo. Se, no celular e no *tablet*, elas estão em movimento; no computador e na televisão, respectivamente, em geral, elas estão no local de trabalho e em casa.

Precisamos entender como acontece essa movimentação de acesso pelas telas. Há necessidade de múltiplos discursos, com informações diferentes ou complementares entre as telas. Compreender tempos e espaços a oferecer em momentos e locais. Devemos, então, mudar a atitude do falar para escutar, do recebimento passivo para o social e do unidirecional para o multidirecional.

Tomemos como exemplo uma entidade dos Estados Unidos, o *dairy.org*, voltada para a indústria de leite e derivados. Seu desafio era entender os públicos para se comunicar na rede. Para tanto, realizou um levantamento e constatou um discurso fragmentado nas redes sociais. Cada uma das marcas que compunham esse ecossistema falava diferente no Facebook, no Twitter e no Youtube. Nos seus próprios *websites*, havia uma dispersão de ideias e de mensagens.

A opção foi montar uma política por diferentes plataformas, de modo a atingir públicos diversos e influenciadores (advocacias, detratores e consumidores). O entendimento era de que se deveria gerar conteúdos próprios e diferenciados para dialogar em diferentes telas e plataformas. Um discurso para unificar o discurso fragmentado da indústria.

Com base em conteúdos publicados no Twitter, no Facebook e no Youtube, pelas pessoas da indústria e consumidoras, constataram-se pontos em comum e opostos, para serem unificados ou minimamente esclarecidos. Montaram-se nuvens de palavras. O tamanho da letra cresce quanto maior o assunto é tratado.

Existem temas de preocupação discutidos e postados na rede que são comuns entre si, como no caso do leite, açúcar e laticínios. Eles acontecem tanto na mente e nos discursos dos consumidores, como nos da própria indústria. Para casá-los, a associação criou uma espécie de redação única, que acompanha e gera em tempo real conteúdos para conversar com públicos diferentes.

Esse é um *case* para termos uma ideia sobre a possibilidade de fazer a comunicação dentro de uma cultura específica, em cada local. Evidentemente, para transpor esse modelo para a cultura brasileira, cabem as devidas adaptações.

Rodrigo Mesquita

Faremos uma apresentação sobre o diálogo do agronegócio com a sociedade. Exibiremos um fragmento do volume

das informações processadas pela nossa equipe. Vimos que a internet é uma tecnologia que está causando uma série de rupturas numa série de negócios. Um dos primeiros, evidentemente, é a indústria da informação.

Trabalho recente feito pela Associação dos Jornais Norte-americanos (NAA, na sigla em inglês) identificou que os 1.300 maiores jornais dos Estados Unidos recebem por dia 160 milhões de visitantes, enquanto o Facebook recebe 165 milhões. Acontece que o visitante passa um tempo médio de trinta minutos no Facebook, enquanto, no site dos jornais, é de apenas um minuto.

Apesar de não existirem estatísticas desse tipo no Brasil, podemos assegurar que estamos próximos disso. Como são um país mais conectado, com a internet mais disseminada, os Estados Unidos apontam para onde caminhamos.

Em termos de informação, o sistema com que nascemos e estávamos acostumados, por meio do *broadcast* (radiodifusão), como o retrato de uma sociedade que vive com certa hierarquia, acabou.

Nas mídias sociais, o processo é contínuo e em função dos seus pontos de interesse. Não há mais aquela visão de se ser surpreendido por notícias que não se estava procurando. Essa outra ruptura em curso mexerá profundamente com a sociedade. Podemos ter qualquer atitude em relação à internet, mas não podemos ignorá-la.

Para exemplificar, fizemos um apanhado dos movimentos de julho do ano passado. Só com base no monitoramento do Twitter, pudemos desenhar um retrato real da situação, nas perspectivas Dilma e anti-Dilma. Quando comparamos as duas representações, notamos o pessoal Dilma mais presente na rede em comparação à representação anti-Dilma. O Partido dos Trabalhadores (PT) possui uma tradição de trabalho mais orgânico como rede, há muito tempo.

No novo ecossistema de informação, a opinião pública está sendo formada independentemente dos jornais e dos velhos protagonistas. Não é porque eles não tenham importância, mas, sim, pelo fato de ela ser cada vez mais relativa. Os jornais cobriram essas manifestações de forma *broadcast*. Eles emulam as suas informações, sem desenvolver as funcionalidades de recepção com a rede, para estabelecer um diálogo com seus públicos e aumentar a presença na sociedade. Por isso, eles estão numa situação bastante crítica.

Quando ouvimos a rede, realizamos certas funções. Monitoramos os termos, produtos, serviços e pessoas. Perguntamos e deixamos a rede contar o que está acontecendo. Trabalhamos as informações positivas do setor. Analisamos os resultados e antecipamos as tendências e crises. Comunicamos de forma direta e contextualizada.

Quando falamos em rede, podemos temer, idealizar e articular, só não podemos ignorar. O agronegócio, especialmente, está na rede em todos os seus aspectos. Referimo-nos a detratores, advogados e neutros. Esse conceito impera para quem trabalha com a rede. Para isso, fizemos vários trabalhos para a ABAG. Identificamos e mapeamos nomes e estruturas, para fazermos uma atuação efetiva e proativa.

O universo monitorado acompanha a nova dinâmica da informação segundo:

1) As novas mídias: *blog*, *sites* de opinião, perfis populares e canais de vídeo;

2) As mídias tradicionais: portais de notícias;

3) Especialistas: técnicos, pesquisadores e aficionados;

4) *Stakeholders*: clientes, parceiros, gestores e acionistas;

5) Interessados: usuários de plataformas digitais e sociais;

6) Reverberadores: usuários de plataformas digitais e sociais.

Como cada vez mais as ferramentas se desenvolvem, aprofundam-se e ficam mais assertivas, podemos conversar com públicos estratégicos e gerar uma massa de dados para ser processada. Com isso, ficamos com um planejamento da comunicação mais focado e ágil, com proteção de movimentos percebidos e em formação com relação a um determinado problema.

Existem outros temas para serem levantados. No auge da crise da mortandade das abelhas na Europa e na Asia, por exemplo, se comentava também sobre a sua ocorrência no Brasil.

Na apuração de como a tecnologia do agronegócio brasileiro é vista no exterior, constatamos muito respeito, inveja e consciência sobre a capacidade de concorrência do agronegócio brasileiro. Podemos identificar que o futuro passa por aqui.

O trabalho passa pelo monitoramento de cada questão, no tocante à opinião e à expectativa das pessoas influenciadoras. Ouvimos a opinião pública junto aos blogueiros, especialistas, interessados, sites de opiniões e usuários comuns. Falamos com as lideranças e influenciadores, como os presidentes de associações, federações, gestores públicos, pessoas privadas e consultores. Existe a tendência, dos sérios aos levianos, de haver um trabalho sistemático contra o agronegócio.

O agronegócio, às vezes, é caracterizado de uma forma inaceitável, mas que reverbera sobre a opinião pública. Os orgânicos e os transgênicos despertam a atenção da opinião

pública, mas as lideranças falam pouco. Na política agrícola e na agroenergia, há certa equivalência. No Código Florestal, poderia haver mais proatividade. Na infraestrutura, poder-se-ia explorar mais o assunto pela sua importância para o setor. A segurança alimentar não é tratada com a intensidade que merece.

Notamos que as grandes corporações normalmente são precavidas quando se posicionam na comunicação. Mas, os seus relacionamentos com as com as novas mídias mudam de comportamento quando mostram a importância dos seus papéis para o desenvolvimento da ciência e o progresso técnico dos produtores.

Na área ambiental, há uma estrutura com atuação organizada, com troca de informações o tempo inteiro e, algumas vezes, trabalhando para detratar o agronegócio.

Atuar na rede, ouvir e falar nas estruturas e, assim, poder influenciar. Os trabalhos realizados indicam-nos que a imagem do agronegócio não é negativa para o grande público. Evidentemente, esses espaços precisam ser ocupados para capitalizar e trazer a opinião pública mais para perto. Temos o universo pesquisado, os principais pontos abordados e as recomendações a serem feitas.

Filtramos as informações de fontes ligadas exclusivamente ao agronegócio. Tentamos ficar informados com agilidade, acessamos informações relevantes e buscamos fontes influentes fora da mídia tradicional.

Além disso, fizemos um trabalho de difusão do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das regiões. Mostramos o protagonismo do Setor. Assumimos como se fosse o setor que falava pela a ABAG por meio do Facebook, o LinkedIn e o Twitter.

De novo, é fundamental o agronegócio assumir a responsabilidade de atuar nessa nova dinâmica de informação, de uma forma planejada e organizada, para trabalhar a sua imagem. Quem está fora da internet abre mão de trabalhar a sua imagem e vender o seu ponto de vista.

A agregação, a curadoria e a articulação sempre foram os processos de influência e ação. Como as ferramentas desenvolvem-se cada vez mais, temos uma disponibilidade maior de processos específicos da rede, como *big data*, *data visualization* e *gamification*.

Com o trabalho feito sobre o "**#AquiTemAgro**", que começou na rede sem nenhum aviso e articulação para o setor, conseguimos ter quase uma centena de participantes de empresas do setor e centenas de pessoas advogadas do setor. Para terminar, o agronegócio está presente intensamente na rede, com muita competência para falar verticalmente com as suas cadeias.

Heródoto Barbeiro

Como fica a cobertura também nas áreas rurais onde o sinal da internet é mais fraco?

Rodrigo Mesquita

A internet funciona quando conseguimos levar fibra óptica até algum lugar. Esse é o grande trabalho de conseguir levá-la até as áreas mais distantes brasileiras. Como isso demora e não é trivial, pois depende de infraestrutura, muitas vezes, apela-se para as soluções sem fio. A via satélite é ruim, porque é lenta. Existem várias tecnologias em discussão, como os satélites de baixa órbita. O Google propôs a distribuição de balões. A telefonia celular também pode ser utilizada. Não é o melhor cenário possível.

Heródoto Barbeiro

Para separar o joio do trigo, como sabemos, na internet, se o conteúdo postado é verdade ou não?

Elizabeth Saad Corrêa

A Mídia tem papel muito importante nessa apuração da verdade. Se ficarmos só no nível das redes, no "amigo do amigo", fica um pouco complicado. Há essa questão da confiabilidade. O papel da Mídia, nesse processo, é fundamental, porque ela possui uma legitimação social muito importante. Mas, a Mídia, hoje, está um pouco atrapalhada em se encontrar nesse novo ambiente.

Demi Getschko

Citarei a frase do Jon Postel, falecido em 1998, de que, para as coisas funcionarem na internet, temos que ser liberais no que aceitamos e conservadores no que fazemos. Quer dizer, aceitar certo lixo, mas não gerar lixo. Colocaria um aspecto otimista de que a rede começou na área acadêmica, em que todo mundo acreditava piamente no seu interlocutor. A rede era sagrada naquele momento, e todos achavam o máximo a invasão de mais usuários. Mas, por um misterioso motivo, a rede tem conseguido "catequizar" os novos entrantes e manter os seus princípios. Vejam, por exemplo, a Wikipédia, um espaço colaborativo aberto, que podia estar perfeitamente destruído se as más intenções prevalecessem. Sem dúvida, a internet reflete a sociedade, mas eu seria otimista ao dizer que essas coisas, de alguma forma, decantarão e que as coisas mal estabilizadas e posicionadas perderão público e, "darwinianamente", sumirão da rede.

PAINEL 2

O AGRONEGÓCIO E A SOCIEDADE

Moderador: William Waack, jornalista

Bolívar Lamounier, cientista político, sócio diretor da Augurium Consultoria
Christian Lohbauer, doutor em Ciência Política, diretor de Assuntos Corporativos da Bayer
Victor Trujillo, diretor do Instituto de Pesquisa e Estatísticas de Sorocaba (IPESO)
José Luiz Tejon Megido, professor da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM)

William Waack

Vamos assistir à apresentação do Tejon e do Trujilo sobre o trabalho de pesquisa "O eleitor e o agronegócio brasileiro", encomendado pela ABAG.

José Luiz Tejon Megido

A percepção e a realidade movem o mundo. Esse é o terceiro estudo que realizamos a partir do ponto de vista da cidade. Queríamos saber, neste momento pré-eleitoral, o quanto da agenda, preocupação e importância do agronegócio está na cabeça do cidadão e eleitor urbano. Precisávamos esclarecer se há confronto com a sociedade e se é possível um presidenciável incluir no seu plano de campanha aspectos conectados àquilo que tem sido a voz do setor, que, muitas vezes, é pouco ouvida, ou não ouvida na velocidade suficiente.

A pesquisa buscou, exatamente, levantar o que há de comum entre o eleitor brasileiro e o agronegócio, nas cinco maiores cidades de cada região brasileira: Porto Alegre (Sul), São Paulo (Sudeste), Goiânia (Centro-Oeste), Salvador (Nordeste) e Belém (Norte). A metodologia foi baseada nos fundamentos estatísticos, com índice de confiabilidade de 95%.

Das setenta e cinco questões formuladas pela pesquisa, selecionamos e focamos, para o tempo aqui disponível, os temas mais vinculados a essa dimensão do agronegócio e aos presidenciáveis.

NA PERGUNTA "QUAIS DESSES SETORES DA ECONOMIA FAZEM PARTE DO AGRONEGÓCIO?"

Agricultura e pecuária	78%
Frutas, legumes e verduras	69%
Trator, adubo, inseticida e herbicida	59%
Indústria de alimentos, frigoríficos e laticínios	58%
Supermercado, padaria e feira	46%
Transporte	33%
Bancos	27%
Energia	21%
Não sabe	7%

"QUANTO O AGRONEGÓCIO É IMPORTANTE PARA A ECONOMIA"

Avaliação	Da sua cidade?	Do seu Estado?	Do Brasil?
Muito importante	87,5%	90,8%	91,2%
Pouco importante	7,2%	4,5%	4,0%
Nada importante	0,8%	0,3%	0,5%
Não sabe	4,5%	4,3%	4,3%

Outras questões resultaram em:

1) "O desenvolvimento do agronegócio é importante para a geração de emprego?" – 91,9% disseram sim.

2) "Sobre combustíveis", 89,9% consideram que o Brasil precisa usar mais a energia renovável oriunda da agricultura; enquanto 86,3% acreditam que o uso do etanol e do biodiesel contribui para diminuir a poluição nas cidades.

3) "Na infraestrutura", 86,4% acham que a má conservação das estradas do interior do País aumenta os custos dos alimentos; 86,3% acham que os portos brasileiros são antigos e mal gerenciados e, por isso, prejudicam o agronegócio.

4) "Nos alimentos", 82,5% acreditam que a oferta deles dependerá da capacidade do futuro presidente orientar e apoiar o agronegócio; 90% acham que o futuro presidente precisará dar mais atenção para a questão dos alimentos.

5)Então, na cabeça do cidadão, além dos problemas da mobilidade urbana, da educação, da saúde, aparecem os temas agronegócio – campo, poluição, ar, alimento – em mais de 80% das respostas.

COM RELAÇÃO AOS CANDIDATOS:

81,2% preferem um candidato que entenda de agronegócio;
92,8% preferem um candidato que reduza os impostos dos alimentos;
84,3% preferem um candidato que tenha política para apoiar a agropecuária;
83,7% preferem um candidato que dê maior atenção aos agricultores;
81,8% acham que um presidente que não apoia a produção de alimentos não se importa com a qualidade de vida das pessoas;
72,8% não votam em candidato com descaso para com a agricultura.

O trabalho trata também de outras questões, como engenharia genética, defensivos agrícolas e florestas, dentre outras. Para terminar a nossa contribuição, citarei três dados importantes com relação aos eleitores urbanos: 89,4% disseram "faltar informação sobre o agronegócio"; 83%

disseram que "o agronegócio é o motor da economia do Brasil"; e 90% disseram: "o Brasil poderá ser o País que alimentará o mundo e, com isso, gerar receita interna". Isso está na cabeça deles.

Esses dados formam, aqui, um *pool* de raciocínios estratégicos para os planos de comunicação dos candidatos, com temas pertinentes do ponto de vista do agronegócio. Não se trata de falar a partir da voz do agricultor e do agronegócio, mas daquilo instalado na mente e percepção dos cidadãos urbanos.

Victor Trujillo

Como a imagem de um candidato resulta de como os eleitores associam-no a determinadas características, selecionamos as seguintes dez frases:

- "Conhece bem os problemas da agricultura brasileira".
- "Vai incentivar o consumo de etanol e de biodiesel".
- "Vai cuidar das estradas do interior do Brasil".
- "Vai modernizar os portos e armazéns".
- "Vai aumentar o crédito para a produção de alimentos".
- "Vai reduzir os impostos dos alimentos".
- "Vai proteger o meio ambiente".
- "Vai apoiar a agricultura e a pecuária brasileira".
- "Vai cuidar das grandes cidades e deixar a agricultura e pecuária em segundo plano".
- "Vai tornar o Brasil o maior exportador de alimentos do mundo".

Essa pesquisa está registrada no Tribunal Superior Eleitoral, apesar de não ser feita com a proposta de captar a intenção de voto. Ela foi realizada em julho, depois do registro das candidaturas.

O respondente apontava num cartão a frase que combinava mais com cada um dos onze candidatos. A questão era lida pelo entrevistador e respondida pelo eleitor.

Fizemos uma análise multivariada de correspondência entre todas as perguntas e as respostas, com aplicação de ferramenta estatística. Assim, montamos o mapa perceptual, que representa graficamente como a percepção está organizada na cabeça dos eleitores. Chegamos a cinco grupos de percepção em relação ao agronegócio. O primeiro entre Pastor Everaldo, José Maria Eymael, Zé Maria, Mauro Iasi, Levy Fidelix e Rui Costa Pimenta. O segundo com Aécio Neves e Dilma Rousseff. O terceiro com Eduardo Campos. O quarto com Eduardo Jorge. O quinto com Luciana Genro.

Selecionamos os três candidatos que lideram as pesquisas de intenção de voto para termos a percepção dos eleitores de cada um deles, em duas dimensões.

Na dimensão horizontal, Dilma está mais associada a incentivos, enquanto Aécio Neves e Eduardo Campos, às características ligadas a infraestrutura. Na dimensão vertical, Aécio Neves aparece mais associado a desenvolvimento, enquanto Dilma e Eduardo Campos, à produção.

Então, essa é a imagem desses três candidatos. É dessa forma que os eleitores discriminam e diferenciam os candidatos a partir dessas características do agronegócio. Eles não acham os candidatos iguais em relação ao agronegócio.

PERCEPÇÃO DOS CANDIDATOS PELOS ELEITORES:

Dilma Rousseff

- "Conhecer bem os problemas da agricultura brasileira".
- "Incentivar o consumo de etanol e o biodiesel".
- "Aumentar o crédito para a produção de alimentos".
- "Reduzir os impostos dos alimentos".

Aécio Neves

- "Cuidar das estradas do interior do Brasil".
- "Modernizar os portos e armazéns".
- "Tornar o Brasil o maior exportador de alimentos do mundo".

Eduardo Campos

- "Apoiar a agricultura e a pecuária brasileira".

Também fizemos uma segmentação psicográfica dos eleitores brasileiros, a partir das suas características demográficas: sexo, idade, escolaridade, classe econômica etc.

Utilizamos as características de personalidade, opiniões, atitudes, preferências, predisposições, com base nas respostas apresentadas pelos eleitores a uma bateria com cinquenta e cinco frases. Para cada frase, o eleitor respondeu se concordava ou discordava numa escala com sete posições: "discordo totalmente", "discordo parcialmente", "discordo um pouco", "nem discordo, nem concordo", "concordo um pouco", "concordo parcialmente" e "concordo totalmente".

Na tabulação, empregamos uma análise multivariada chamada análise fatorial. As cinquenta e cinco frases foram reduzidas a quinze fatores. A quantidade de frases por fatores variavam. A seguir, foi aplicada a chamada análise de *cluster*, com a identificação de quatro grupos.

Primeiro grupo: "agroconscientes"

Representam 37% dos eleitores. Demonstram ótima consciência política em relação ao agronegócio. Preferem os candidatos com políticas definidas e conhecimento do setor. Defendem a redução dos impostos sobre os alimentos. Entendem ser necessária a garantia de uma renda mínima para o agricultor. Apoiam investimentos em infraestrutura.

Segundo grupo: "biourbanos"

Representam 29% dos eleitores. Possuem predisposição a aprovar combustíveis renováveis, como o biodiesel e o etanol. Desejam a diminuição da poluição nas cidades. Acreditam na maior importância dos supermercados do que os produtores rurais para o agronegócio. Alegam que os produtores rurais reclamam sem razão. Acreditam que não haverá falta de alimentos no Brasil.

Terceiro grupo: "agrolosts"

Representam 21% dos eleitores. Apesar de terem noção sobre o agronegócio, suas opiniões são difusas e contraditórias. Reconhecem razão nas reclamações dos agricultores. Não acreditam ser necessário investimento nas estradas ou nas ferrovias. Acham que alimentos poderão faltar no País. Consideram os produtores rurais mais importantes do que os supermercados para o agronegócio. Não entendem que há necessidade de ampliar a produção de alimentos para controlar a inflação, nem de que sejam igualmente distribuídos os créditos agrícolas entre pequenos, médios e grandes produtores.

Quarto grupo: "agroindiferentes"

Representam 13% dos eleitores. São alheios às características e condições do agronegócio. Não gostam de cozinhar e não fazem questão de alimentos orgânicos. Não morariam em cidades do interior de jeito nenhum. Adoram a vida agitada das grandes cidades. Preferem um apartamento na praia ou uma chácara do que um imóvel no interior.

William Waack

Não é crítica, mas achei fascinante o espaço deixado aberto pela pesquisa. Estou excepcionalmente curioso a respeito de como os cientistas políticos tentarão amarrar esses fios. Foram identificados quatro perfis de eleitores e as suas correlações com a intenção de voto. É difícil falar se é possível fazer essa atribuição a cada um deles no Brasil: a partir da formação político-ideológica, caracterizar o eleitor de uma maneira que identifique a quem ele daria o voto.

Há uma óbvia dissonância, na minha avaliação, entre a percepção e o relato dos entrevistados. Ela me parece correta quanto aos itens fundamentais caracterizadores do papel do agronegócio na economia brasileira com relação ao que se poderia identificar como plataformas políticas dos candidatos. Mas, a percepção transmitida pelo público sobre o agronegócio não parece se traduzir, por exemplo, em como que eles falam dos candidatos. Recentemente, fizemos uma série de entrevistas mostrando como as políticas governamentais destruíram o etanol. O resultado da pesquisa apresentada atribui qualificação à presidente da República como responsável por essas políticas governamentais. Ela fará algo em favor do etanol?

Bolívar Lamounier

É uma pesquisa muito interessante e original, mas acho que há problemas nela. A primeira observação é de que as variantes utilizadas no questionário para a análise fatorial são todas positivas, caminhando na mesma direção. Elas possuem o mesmo conteúdo. Isso cria um problema difícil de ser resolvido. A análise fatorial consiste em identificar fatores latentes que agrupam os respondentes segundo as opiniões emitidas. Como as variáveis todas caminham na mesma direção, a análise fica sem a real correspondência no conteúdo do questionário.

A segunda questão é sobre os altos percentuais de conhecimento, aprovação e aceitação do agronegócio como orientador na hora de votar. Pergunto se são plausíveis, justamente por serem excessivamente favoráveis ao agronegócio. Há muito tempo não faço pesquisa. Não creio que o eleitor urbano de baixa renda tenha os níveis de informação e de escolaridade adequados para responder a algumas dessas perguntas. Então, começa haver uma resposta um tanto induzida.

Os resultados excessivamente favoráveis devem-se ao fato de o questionário estar com muito viés no sentido positivo. Faltam perguntas sobre luta sindical no campo, conflitos entre grandes e pequenos proprietários, questões ambientais, discórdias ligadas à Igreja etc. Esses assuntos, que estão na mídia diariamente, não entraram no questionário. Se houvesse um leque diferente e mais contraditório, poderíamos chegar a uma visão mais realista de como as pessoas veem o agronegócio. A análise fatorial separaria os grupos com muito mais nitidez. Encontraríamos opiniões mais próximas da Igreja, do agronegócio, da agricultura familiar, e assim por diante. Isso não aconteceu justamente porque o questionário me parece muito homogêneo.

Concluiremos com uma questão mais ampla. A pesquisa é um começo muito estimulante, assim como essa discussão. Mas, a questão realmente de fundo, que temos de procurar, é a seguinte: o agronegócio é a potência e o esteio da economia brasileira, mas, como toda a agricultura brasileira, sempre foi e continua ser alvo de um viés antirrural – não se trata nem de viés a favor do urbano.

William Waack

Nós não encontramos na pesquisa?

Bolívar Lamounier

As principais influências culturais no Brasil foram contra a agricultura. É uma ilusão imaginar que o País prezava

tanto a agricultura por ser agrícola durante tanto tempo. Isso não é verdade. Como tinha medo do poder local, na tomada das prefeituras pelos fazendeiros, o poder central brasileiro sempre produziu, principalmente a partir do Rio de Janeiro, uma massa de literatura negativa para o proprietário de terras. Em segundo lugar, a Igreja Católica dá como legítima a propriedade urbana, mas não a rural – quer dizer, a rural tem uma coisa um pouco bíblica. O Partido Comunista era contra o imperialismo e o latifúndio, mas não era contra a fábrica e a indústria. Temos cem anos de discurso contra a agricultura; discurso que não mudou com tanta velocidade como a pesquisa à primeira vista faz crer.

William Waack

Essas observações, os autores da pesquisa responderão imediatamente. Tentaremos resumir para ver em que pé estamos nessa discussão: 1) só se teria abordado aspectos positivos, a pesquisa não teria captado a realidade; 2) do ponto de vista histórico da formação deste País, haveria um viés antirrural que a pesquisa também não teria trazido; e 3) não seria o caso de tentarmos examinar essa aparente contradição entre uma percepção da realidade traduzida de maneira positiva pela pesquisa e comportamentos eleitorais.

José Luiz Tejon Megido

Apresentamos os aspectos com relação a essas percepções. Qualquer ser humano, por mais ingênuo que fosse diria que o alimento é mais importante e teria conhecimento do problema dramático do transporte. Apesar de não ter sido apresentada de maneira completa, a pesquisa mostra: 60% dos eleitores consideram que a mídia tem dado muita importância ao agronegócio. Essa ascensão é um fenômeno dos últimos tempos... Ascendeu. A dona de casa começa a ver e a perceber essa coisa toda.

Existem receios na percepção do eleitor brasileiro, mas não temos tempo disponível para um debate mais amplo. 79% dos eleitores concordam, por exemplo, que faltará água potável no mundo, e associa-se isso ao assunto da agricultura. 77% dos pesquisados disseram que a reforma agrária não resolve mais os problemas da inclusão econômica e social no País. Este dado me surpreendeu. Anos atrás, isso era uma bandeira efetiva. 55% dos entrevistados não concordam com a ideia de que o Brasil seja protetor das florestas. Então, há angulações nessa pesquisa que não são só um olhar positivo.

William Waack

A quem o eleitor atribui a culpa das florestas estarem sendo destruídas?

José Luiz Tejon Megido

Não existe essa culpa atribuída. O eleitor não concorda que o Brasil seja o país mais protetor da floresta. Então, havia questões positivas e negativas, com envolvimento de temas como engenharia genética, defensivos, inclusão social, etc. Esses pontos são de preocupação. Há quatro anos, participamos de pesquisa qualitativa com grupos de pessoas da classe C, na cidade de São Paulo. Ficamos impressionados como as pessoas tipicamente pertencentes à classe C começaram a falar desses temas. Não era espontâneo, mas, assim que provocadas, as respostas vinham.

Victor Trujillo

A escala utilizada para análise fatorial começava com "discordo totalmente" e passava por vários níveis até o "concordo totalmente". No conjunto de cinquenta e cinco frases, os eleitores puderam discordar de várias delas. Havia dez frases para definir a imagem dos candidatos. A pesquisa reflete bem a cabeça dos eleitores agora e o que certamente influenciará esta eleição. Ficamos felizes que os resultados surpreenderam.

William Waack

A nossa primeira pergunta feita questionava se é possível estabelecer uma linha para costurarmos entre uma percepção adequada do contexto da realidade e uma percepção completamente diferente da ação dos agentes políticos.

Christian Lohbauer

Independentemente do resultado demonstrado pela pesquisa, quase todos os itens ficaram acima de 80% de aprovação. Com números tão explícitos assim, somos provocados a refletir. Olhando os resultados, não consigo responder por que é tão difícil para nós, os *business* e as autoridades aqui representadas, movimentar a agenda do agronegócio na política brasileira se a percepção da sociedade é tão unânime e vasta. A realidade no dia a dia do Congresso Nacional, o embate com o Ministério Público federal, o diálogo com as organizações agropecuárias, tudo isso não é fácil. Os resultados da pesquisa não mostram essa guerra permanente. Vivemos uma guerra permanente.

Temos, na pauta de hoje, assuntos como trabalho análogo a regime escravo, demarcação de terras indígenas, reconhecimento de terras para quilombolas, venda de terra para estrangeiro, e legislação trabalhista (terceirização e atividades-fim e meio). Não sabemos como o cidadão urbano reagirá a esse universo. Ele será a favor ou contra trabalho escravo? Entenderá que a legislação é ou não adequada ao trabalhador? Na minha percepção, teríamos 80% contra o agro, embora não tenha dados.

William Waack

Em outras palavras, a pesquisa é boa demais para ser verdade?

Christian Lohbauer

Estamos numa democracia, e a percepção popular reflete-se na ação dos entes políticos. Há uma disfunção para analisarmos. A própria pesquisa explica um pouco essa colocação quando aponta que 84% dos entrevistados mostram falta de informação sobre o agronegócio. Então, provavelmente, o agronegócio entendido na pesquisa não é aquele que colocamos como provocação. Se transmitíssemos para ele [sujeito participante da pesquisa] alguns itens apimentados da nossa agenda, talvez ele ficasse um pouco atrapalhado e reagisse diferente.

William Waack

Estabelecemos um excelente diálogo. Assuntos dessa natureza, como homens de imprensa, acostumamos a tratar e saber da sua relevância. Na televisão, vivemos de imagens, sendo que as geradoras de conflitos despertam mais atenção. Por que elas não aparecem na pesquisa?

José Luiz Tejon Megido

Esse é o nosso quarto trabalho. No terceiro, medimos a percepção do cidadão urbano em doze capitais brasileiras. Não entendemos o medo do setor em aceitar que é querido, e não odiado. Precisamos chamar os psicanalistas. Colocamos o foco e brigamos com os caras que atiram pedras, sem mostrar a realidade da situação.

O assunto, por exemplo, sobre terra: na pesquisa anterior, o Movimento Sem Terra foi considerado totalmente inaceitável pelo cidadão urbano, porque a mídia mostrou os invasores destruindo o laranjal. Uma cena como essa muda a cabeça do brasileiro, um povo midiático.

A pesquisa deixa clara a falta de comunicação educadora. Temos os grupos de eleitores. Os "agrolosts", por exemplo, não são *experts*. Agora, com o bombardeio dos últimos cinco, seis anos, da importância do agronegócio para a economia, a

opinião muda. Algumas lideranças acham que o povo é burro e pensam que o leite vem da caixinha. Não é assim.

Ficamos surpresos no começo. Mas, os resultados das pesquisas voltam a confirmar as mudanças. Quando questionamos o assunto de trabalho escravo, o grupo qualitativo de São Paulo respondeu: "tem um velho setor rural e o novo setor rural"; "tem o da tecnologia e tem o antigo". A imagem de barão de café, senhor de engenho e caudilho não existe com importância significativa. A sociedade urbana mudou. O objetivo dessa pesquisa é provocar efetivamente um novo olhar a respeito disso e realmente estimular que parem de falar mal de nós.

William Waack

A pesquisa tenta estabelecer uma relação entre a percepção do agronegócio e a intenção de voto. Dá para pegarmos os perfis aqui colocados e lhes atribuirmos uma maneira de votar?

Bolívar Lamounier

Reiteramos nosso ceticismo a respeito do viés da pesquisa. Se o País tiver mudado nessa escala tão dramática, a Marina terá meio voto na eleição de outubro. O Eduardo Campos fez um péssimo negócio em convidá-la para candidata a vice-presidência. Ela é, obviamente, um símbolo da oposição, da crítica ao agronegócio. Essa é uma evidência suficiente. A pesquisa não encontrou um perfil de eleitor correspondente ao Aécio Neves – e nem poderia. Um político experiente em candidatura para ganhar as eleições, obviamente, não estabelecerá marcas tão claras a essa altura do campeonato, de modo que facilmente se aponte o dedo e se fale: "esse é inimigo ou amigo da agricultura". Ele aparece junto à Dilma na questão de melhorar a infraestrutura e aumentar a produção. Como políticos experientes, ambos possuem conhecimento dessa área. Não vejo, na pesquisa, elementos suficientes para estabelecermos uma relação inteligente entre os grupos de votantes e os candidatos.

William Waack

A partir daqueles quatro perfis, podemos arriscar a dizer qual vota em quem?

Christian Lohbauer

É possível fazer uma ponte entre os grupos e os candidatos. Eduardo Campos fez aliança com a Marina porque ela é líder de voto de gente jovem e urbana. A estratégia adotada baseia-se na ideia de conseguir votos no Sudeste, onde ele é desconhecido. O voto urbano jovem é um tipo de "agrolost".

William Waack

O "agrolost" seria o "marinista"?

Christian Lohbauer

Entendemos que o "agrolost" não tem nada a ver com a discussão desse grupo aqui, com apelo bastante grande. Diríamos que, talvez, o grupo dos "agroconscientes" possui uma ponte com o Aécio, o candidato mais vinculado a uma visão do agronegócio.

William Waack

Para os autores da pesquisa, a partir dos resultados dela, é possível traçar um perfil e uma intenção de voto?

José Luiz Tejon Megido

A pesquisa não foi feita com esse objetivo. A pesquisa procura revelar uma potência instalada que o agronegócio representa para ser trabalhada. A principal provocação é levar aos assessores dos candidatos a utilizarem o tema do agronegócio sem receio. Ele não é feio. Agora, se podem ser feitas ilações com relação aos candidatos, cremos que não, porque não é esse o objetivo.

Victor Trujillo

Incluímos a pergunta de intenção de voto justamente para não ter esse viés de pesquisa eleitoral. A reflexão que cabe é a distorção sobre como os candidatos são percebidos e o que, de fato, a Dilma, candidata a reeleição, fez ou propôs, em comparação às propostas dos outros candidatos. O eleitor está percebendo, segundo o que foi mostrado pela pesquisa. Provavelmente, isso influenciará na sua forma de escolher o futuro presidente.

William Waack

Se pensarmos em política e agronegócio, a pesquisa está clara para mim. Ela não objetiva perguntar como as pessoas

percebem o agronegócio para saber em que candidato votariam. Como uma série de fatores não entra na pesquisa, percebo, como cientista político, a identificação de determinados conteúdos pelas pessoas, mas, como eles se associam ou não às plataformas políticas, vem a pergunta: agronegócio dá voto?

Bolívar Lamounier

A pesquisa identifica um nível tão elevado para dizer que 79% dos eleitores acatariam a indicação do agronegócio na escolha do seu candidato. Acho sinceramente que há uma apuração superestimada e exagerada nisso tudo.

Christian Lohbauer

O entrevistado pode ter entendido agronegócio sob uma forma diferente da falada aqui. Se considerarmos o setor uma atividade econômica geradora de riqueza e criadora de emprego, que aumenta as exportações e melhora os números macroeconômicos do País, com desenvolvimento de tecnologia em todas as suas partes da cadeia, então, dá voto. Mas, não sei se, nos quatro grupos de eleitores, o entendimento foi esse. Uma série de outros temas pode ter contaminado essa percepção.

José Luiz Tejon Megido

Existe muito preconceito, e não sabemos comunicar nesse ramo. As pesquisas apontam o entrevistado associando a melhoria de vida do seu parente e amigo. Se soubermos nos comunicar com inteligência nesse sentido, dá voto. Da mesma forma, se falarmos da importância do cooperativismo, por exemplo, dá voto. Se mostrarmos o hortifrúti como alternativa de trabalho, dá voto. Aqui, quando falamos de agronegócio, temos uma visão muito do contexto econômico, mas, se levarmos isso para a educação, de acordo com o conceito de *agribusiness*, da Universidade de Harvard, com as cadeias produtivas e a inserção do funcionário de supermercado, isso dá voto. A primeira pesquisa feita surpreendeu-me tanto quanto a outras pessoas. Fica até parecendo que foi mal feita.

William Waack

Qual vai ser o peso do agronegócio nas eleições presidenciais?

Christian Lohbauer

Será grande, pelos temas já crônicos e vinculados ao agronegócio dos últimos tempos, que vemos em diferentes aspectos: infraestrutura, carga tributária, renda, emprego e crescimento. Esses itens pesam na decisão do eleitor. Como deixou de dar a importância que deveria ter dado ao setor, o regime pode virar.

Victor Trujillo

Pode ser que se esperava uma pesquisa com resultados em termos das prioridades para os candidatos, como temas recorrentes ligados ao transporte coletivo e a saúde pública. Não comparamos conjuntamente esses itens com o agronegócio. Isso tudo já sabemos. A proposta de análise é exclusivamente o eleitor brasileiro e o agronegócio. Podem surpreender esses percentuais elevados no contexto das setenta perguntas feitas relacionadas ao agronegócio.

Temos dois grupos importantes de leitores: os "agroconscientes" olharão com carinho as sugestões ligadas ao agronegócio; os "biourbanos", seja pelo uso do automóvel, seja por morarem em grandes centros urbanos, são sensíveis à poluição e ao apelo pelo uso do etanol e o biodiesel – isso pode ser resultado das campanhas publicitárias a favor do consumo destes biocombustíveis nos últimos anos. Na pesquisa feita há dois anos, tivemos uma visão bem ampla do eleitor. Quando focamos as prioridades ligadas a transporte, educação, saúde, dentre outros, percebemos que há muito potencial para ser explorado pelo agronegócio.

Bolívar Lamounier

Fica mais razoável achar que essas opiniões estão latentes na mente das pessoas, mas não estão na superfície. Tirar essas opiniões custa dinheiro e esforço. Antigamente, os comunistas diziam: "se tivesse consciência de classe, o operário seria revolucionário, mas ele não tem". Então, tem-se que ir lá e se tirar. Na análise de correspondência apresentada pela pesquisa, entendi que havia atributos relacionados à imagem dos candidatos. Consignamos o uso de um questionário excessivamente favorável. O pessoal fica feliz com o fato de haver produção de alimentos, legumes e frutos. E os preços desses produtos, a inflação derruba o Governo; isso se atribui também ao agronegócio. Faltou problematizar o assunto no nível necessário para separarmos o alho do bugalho.

PAINEL 3

O AGRONEGÓCIO E OS PRESIDENCIÁVEIS

Moderador: William Waack, jornalista

Roberto Rodrigues, coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro)
Odacir Klein, representante indicado pela candidata Dilma Rousseff
Xico Graziano, representante indicado pelo candidato Aécio Neves
Maurício Rands, representante indicado pelo candidato Eduardo Campos

DOCUMENTO AOS PRESIDENCIÁVEIS

A ABAG tem por tradição, em anos de eleições presidenciais, como o de 2014, encaminhar aos candidatos melhores colocados nas pesquisas, as propostas para o agronegócio. Neste ano, o documento "Agronegócio Brasileiro 2015-2022 – Proposta de Plano de Ação aos Presidenciáveis", coordenado pelo Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas (GV Agro), com a participação da ABAG e a contribuição de outras entidades do setor, foi estruturado em cinco princípios: desenvolvimento sustentável; competitividade; orientação a mercados; segurança jurídica e governança institucional*. O seu conteúdo serviu de base para os pronunciamentos e os debates dos candidatos ou de seus representantes, em painel específico durante o13º CBA. Assim, a seguir, apresentamos os registros apurados no Painel.

PRONUNCIAMENTO DOS CANDIDATOS

Aécio Neves[1]

O agronegócio brasileiro é, sem dúvida alguma, um caso de sucesso. Produz cada vez mais, com maior produtividade e respeito ao meio ambiente. A produção agrícola é uma das principais responsáveis pela elevação do nosso padrão de vida em todas as últimas décadas. Imagine o que teria acontecido com essa cambaleante economia brasileira se, nos últimos anos, não tivéssemos um setor tão pujante.

No crédito rural, chegou a hora de fazermos uma grande consolidação da sua legislação. A simplificação do sistema facilitará a vida do produtor e agilizará as operações. Ser menos dirigista, com maior autonomia para os produtores. Construiremos mecanismos de proteção da renda do produtor. Combinaremos alguma política de preços mínimos com mecanismos modernos de seguro rural, sem burocracia e com o uso de instrumentos de mercado futuro.

É fundamental definirmos uma estratégia de desenvolvimento e traçarmos os rumos para o futuro. Criarmos as condições seguras para a iniciativa privada participar desses investimentos. Portanto, uma forte retomada nas obras de infraestrutura será um tema absolutamente prioritário. Daremos um choque de competitividade para o Brasil avançar a produção.

Utilizaremos diversas modalidades de parceria com o setor privado, sem preconceito ideológico. Evitaremos atrasos, desperdícios e obras intermináveis, com projetos bem feitos e sólidos. Recuperaremos a capacidade técnica de planejamento dos órgãos públicos responsáveis pelo transporte.

Como somos uma potência na produção agrícola e pecuária mundial, é inadmissível termos tantas deficiências no sistema de defesa sanitária e vegetal. As estruturas públicas desta área funcionam com parcos recursos financeiros e humanos. Muitas vezes, não são dirigidas por profissionais especializados. Fortalecido, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) terá uma interlocução permanente e direta com a área orçamentária e governamental do Ministério da Fazenda. A sua ocupação será por pessoas com méritos e indicadas pelos representantes do setor.

Precisaremos quase recriar o sistema de defesa, garantindo pessoal preparado e recursos estáveis. Haverá maior integração dos órgãos e das instituições. Acabaremos com esses conflitos corporativos existentes entre MAPA, Ibama e Anvisa. Para isso, cabe governança e, principalmente, liderança, e isso temos a oferecer. Avançaremos em acordos sanitários com outras regiões do mundo, mas, em especial, com os nossos vizinhos com os quais temos fronteiras terrestres.

A questão trabalhista no campo passa pela definição mais clara do trabalho em regime análogo ao escravo, até para evitar também excessos de fiscalização dos produtores. A Constituição prega ao trabalhador rural os mesmos direitos do trabalhador urbano. Como é muito útil para a sociedade a conciliação das realidades específicas, não há melhor caminho senão o diálogo fraterno e bem intencionado. Sentimo-nos preparados para fazer isso.

Na área tributária, no primeiro ano, aprovaremos uma ampla reforma para simplificar o sistema, em especial com foco nos impostos indiretos. Isso dará maior racionalidade e economia ao sistema, como, por exemplo, com desoneração total dos investimentos e das exportações. Deflagraremos a guerra contra o Custo Brasil, que tira a nossa competitividade global. Garantiremos segurança jurídica para quem produz no campo, com regras claras, pactuadas e negociadas.

Acordos comerciais são prioritários na área externa. Ficamos isolados enquanto a produção se internacionalizou. Os países procuram parcerias. Como perdemos muitas oportunidades, não temos mais tempo para desperdiçar. Separaremos o comércio da política. Sairemos desse alinhamento ideológico.

Os biocombustíveis representam a agenda da sustentabilidade no campo, seja com o etanol, que temos que recuperar, seja com o biodiesel. Considero um crime de lesa-pátria o abandono da agroenergia nos programas nacionais do desenvolvimento, da sustentabilidade, da produtividade e da competitividade.

O cooperativismo agropecuário conecta a pequena produção com os mercados globais e é fortíssimo no Brasil: são quase 1 milhão de associados, e gera-se, hoje, mais de 160 mil empregos diretos. Junto com o associativismo, ele carrega a força da solidariedade. É uma das formas mais eficazes de conciliar exigências de escala. Trabalharemos junto com o Congresso Nacional para aprovarmos a nova Lei Geral do Cooperativismo.

---

* O documento entregue aos presidenciáveis pode ser acessado no site da ABAG (www.abag.com.br)

[1] Apresentação em vídeo

Maurício Rands[2]

Com capacidade tecnológica, mercados conquistados e peso no PIB brasileiro, o setor do agronegócio mostra a capacidade de empreender, apesar de o Brasil não viver um bom momento. Vivemos um momento de crise de expectativas, com os fundamentos da governança macroeconômica fragilizados por excesso de intervencionismo.

No campo da gestão do Estado brasileiro, sentimos as dificuldades do empreendedor na agricultura e na pecuária. Além de uma burocracia inibidora do investimento, temos uma profusão de órgãos públicos sem articulação na ação.

Precisamos dar para o Brasil mais protagonismo na agenda internacional. Aceleraremos a conclusão da Rodada de Doha e investiremos no multilateralismo para inibir o protecionismo de mercados como o europeu.

Não podemos ficar presos ao ritmo das negociações do Mercosul. Reveremos aquelas deliberações do conselho de ministros. Celebraremos acordos com outros blocos regionais, em velocidades distintas, conforme a realidade de cada uma das economias que fazem parte desse acordo. Nessa relação Sul-Sul, desataremos as atuais amarras e deslancharemos acordos comerciais, tributários e bilaterais.

Na infraestrutura, a burocracia do Estado brasileiro é um modelo antiquado de gestão. O custo do transporte no Brasil para o agronegócio está muito acima dos nossos competidores. Instauraremos um padrão de gestão mais comprometido com resultados. Monitoraremos sistematicamente os programas em desenvolvimento.

O Estado precisa servir a sociedade, e não dela se servir, como tem sido, de forma patrimonialista e clientelista. Integraremos e simplificaremos aqueles órgãos que dialogam com o agronegócio. Sintetizaremos a administração. Não continuaremos com esse número de trinta e nove ministérios, bem como superposições nos órgãos hierarquicamente subordinados aos ministérios. Teremos outro padrão de governança, com agências reguladoras independentes, potencializadas na sua eficiência, e não loteadas e submetidas a interesses outros que não os da sociedade e de regulamentação do setor.

Na segurança jurídica, a despeito de toda a diversidade de posições existentes, é possível assumir compromissos com respeito à propriedade privada consignados na Constituição de 1988. A legalidade dos atos de governo e o cumprimento das decisões judiciais farão com que as soluções sejam mais claras. Teremos um senso de planejamento estratégico e capacidade para dialogar.

Quem pode empreender se, a depender do subjetivismo de um fiscal de trabalho, pode ser surpreendido com a quali-

[2] Representante indicado pelo então candidato Eduardo Campos, com apresentação ao vivo

ficação da sua relação de trabalho como análoga a de regime de trabalho escravo? Falta um marco claro e preciso para definir aquela condição considerada pela legislação como análoga. Regulamentaremos melhor, com respeito aos direitos constitucionais dos trabalhadores. Adequaremos as relações de trabalho no campo para a atualidade de um setor que se tornou moderno, dinâmico e empreendedor.

Com diálogo, avançaremos nos mecanismos tanto de seguro, quanto de financiamento. Assumiremos compromissos claros com a manutenção do aporte do Tesouro Nacional para a equalização da taxa de juros desses empréstimos.

Sabemos que, historicamente, Eduardo Campos e Marina, pelas suas trajetórias pessoais, às vezes, despertam algumas preocupações de alguns setores. Essa junção que houve entre duas tradições da política brasileira propiciará à sociedade brasileira e, em particular, ao agronegócio uma condição muito especial para a facilitação do diálogo. Programas como o da Agricultura de Baixo Carbono (ABC) contribuem para que a imagem do agronegócio no Brasil seja a de absoluto respeito à sustentabilidade.

Trazemos uma mensagem de futuro, com nova governança macroeconômica e renovação dos métodos da política, sem os vícios dessa política que já começa a ser rejeitada pela sociedade brasileira.

Michel Temer[3]

Faremos uma espécie de relatório. Comecemos no tempo do presidente Lula, do qual o governo Dilma é uma continuidade, sempre voltado para o crescimento do agronegócio. Tivemos a atuação do então ministro da Agricultura Roberto Rodrigues, quando se institucionalizou a biotecnologia no País. O produtor de soja era inquirido pelas autoridades policiais e denunciado pelo Ministério Público.

Depois de assinarmos Medida Provisória para autorizar a comercialização do produto, no Congresso Nacional, veio à luz a nova Lei da Biossegurança, exatamente com o apoio do Poder Executivo, por meio de uma nova Medida Provisória, quando se criou a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio).

No governo da presidente Dilma Rousseff, o diálogo resultou na aprovação do Código Florestal. Eram muitas as resistências, até por muita desinformação, inclusive da mídia. Como presidente da Câmara dos Deputados, por insistência de vários deputados, criamos uma comissão especial destinada a elaborar o Código Florestal. Chegamos à aprovação deste importante instrumento jurídico, agora em fase de implantação, com muita determinação e sem postura de donos da verdade. Continuaremos a demonstrar o respeito do agricultor brasileiro ao meio ambiente, com segurança jurídica.

Esses exemplos atendem a preocupação da ABAG com o desenvolvimento sustentável. Ainda quando Roberto Rodrigues era ministro, foi implantado o prêmio equalizador do preço pago ao produtor. Com isso, o produtor passou a receber diretamente o valor para complementar a diferença entre o preço ofertado pelo mercado e o garantido pelo Governo.

No que diz respeito a seguro rural, relembramos o Programa de Subvenção ao Prêmio. Em 2007, 27.846 produtores foram contemplados, com um volume orçado próximo de R$ 100 milhões. Em 2013, chegamos a 65.566 produtores, com um orçamento de R$ 630 milhões. No crédito rural, houve um substancial aumento nos recursos destinados ao setor, por meio de muitos programas, com taxas de juros mais baixas.

Precisamos evoluir, com a institucionalização de novas práticas que ensejem maior rapidez e aumento da segurança, com a contínua modernização da defesa sanitária, tanto animal, quanto vegetal.

Relativamente ao comércio internacional, fruto do incentivo pelo Governo, o Brasil ocupa posição de liderança no açúcar, no suco de laranja, na carne bovina, na carne de frango, na soja, dentre outros. Somos vocacionados para o agronegócio por várias razões.

Como vice-presidente da República, ligada às negociações do agronegócio, presido pelo lado brasileiro a chamada Comissão Brasileiro-Russa de Alto Nível de Cooperação e a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN). Na missão realizada na Rússia, em maio de 2011, para copresidir a 5ª Reunião da Comissão, impulsionamos a liberação das exportações brasileiras de carne para aquele país. Igualmente, quando visitamos a China, em novembro de 2013, para copresidir a 3ª Reunião da Comissão Sino-Brasileira, incrementamos o comércio entre os dois países, com a venda de 12 milhões de toneladas de milho, gerando receitas superiores a US$ 4,5 bilhões.

Aprovamos vários projetos para incentivar o sistema cooperativista na Câmara dos Deputados, no Congresso Nacional, mas também essa matéria é objeto de preocupação do governo federal. Os dados fechados de 2013 indicam financiamentos concedidos de quase R$ 1,5 bilhão para as cooperativas. Esta cifra revela um valor 120% superior àquele alocado em 2012.

A Constituição garante princípios liberais da liberdade de iniciativa da propriedade privada. Existe o tema sempre presente da demarcação de terras indígenas. Preocupado com isso, o governo federal chega a receber críticas por proteger aqueles que legitimamente plantam nas suas áreas. Nas missões realizadas no exterior, somos acompanhados de empresários, não só da indústria, mas também do agronegócio, para fechar os mais variados negócios na China, Rússia, Oriente Médio e em vários outros locais onde estivemos.

[3] Representante indicado pela candidata Dilma Rousseff com apresentação ao vivo

DEBATES

William Waack

Como esta não é uma sessão do Tribunal Superior Eleitoral, não há regras para os debates. Será uma conversa entre gente inteligente. Não esperem passarmos a palavra. Não cronometraremos o tempo. Roberto Rodrigues, qual sua avaliação do que ouviu até agora?

Roberto Rodrigues

Estamos diante de três amigos de longa data: Xico, Maurício e Odacir. Quando o William formular a pergunta, peço-lhes para responder objetivamente. Junto com essa plateia qualificada, queremos ouvir pronunciamentos e compromissos de verdade.

William Waack

Antes da apresentação das plataformas das três candidaturas, discutimos uma boa parte do tempo uma pesquisa interessante, feita sobre a percepção do eleitor no setor urbano com respeito ao agronegócio. O resultado foi positivo. Mas, ainda não conseguimos associar o resultado aferido com o setor. Por que o cidadão deveria votar nos candidatos aqui representados?

Odacir Klein[4]

Durante esse período de governo do presidente Lula e, posteriormente, da presidente Dilma, tivemos avanços significativos com respeito ao desenvolvimento do País, como a inclusão social e o aumento de renda. Tudo isso apesar dos problemas deste momento com a economia. É um grande saldo positivo para a Dilma.

Xico Graziano[5]

Entre as informações apresentadas pela pesquisa, podemos citar duas: 90,5% dos eleitores da amostra acham que o futuro presidente deverá dar mais atenção para a questão dos alimentos, e 83,7% votariam em um candidato que apoiasse os agricultores. Acho que votarão no Aécio por causa disso. É um candidato comprometido com o apoio à agropecuária brasileira.

Maurício Rands[6]

O Eduardo Campos, como governador de Pernambuco, durante sete anos e quatro meses, realizou e entregou as suas promessas de campanha. Criou um novo ambiente para o investimento e melhorou a qualidade da gestão. Pensamos que o agronegócio no Brasil ganhará com a sua eleição. Será inaugurado um novo ciclo na economia e na política brasileira. Veremos um diálogo do qual o setor se beneficiará muito.

William Waack

As respostas foram todas rápidas, objetivas e cautelosas, o que é ótimo. Com atenção, estava ouvindo e tentando estabelecer as suas coincidências e diferenças. Começaremos por uma óbvia: os dois candidatos de oposição dizem não a trinta e nove ministérios. A apresentação do vice-presidente, representante de Dilma, candidata a reeleição, não fez nenhuma menção direta a isso, mas listou realizações do MAPA.

Roberto Rodrigues

Focarei primeiro nas três respostas, depois entramos nessa questão. Odacir justificou por que votar na Dilma. A pesquisa apresentada mostrou o etanol como um negócio bem apreciado pelo cidadão urbano, e, no campo, todo mundo adora. Arrebentaram o etanol e a Petrobras juntos, e nada

[4] Representante indicado pela candidata Dilma Rousseff
[5] Representante indicado pelo candidato Aécio Neves
[6] Representante indicado pelo então candidato Eduardo Campos

disso foi falado. Mencionaram o programa do Aécio e como fica o compromisso? E a ligação do Eduardo com a Marina, com quem o setor conversa com arestas?

Maurício Rands

A Marina surpreende de forma positiva quando, diferentemente do pensamento de algumas pessoas, revela abertura e racionalidade para mudar de posicionamento. A sua presença na chapa como vice-presidente facilitará o diálogo e será uma oportunidade para a quebra de preconceitos. Sinto que, muitas vezes, algumas injustiças são cometidas. Apesar de ter saído do Ministério do Meio Ambiente há quase dez anos, algumas lentidões que acontecem ainda são debitadas na conta dela. O Eduardo, no seu governo em Pernambuco, trouxe as ferramentas mais modernas do setor privado para a administração, para a gestão pública. Ele soube comandar quando era ministro do presidente Lula e dialogará diretamente com a sociedade. Eduardo e Marina mostrarão que não há contradição entre sustentabilidade e produção.

Xico Graziano

Para cumprir a legislação, os candidatos apresentaram as suas diretrizes do programa de governo. Cada equipe recolheu as contribuições e montou a pauta. Há um prazo para coletar e selecionar as intenções e realmente formular as propostas concretas. É assim que o sistema funciona. Pode-se colocar tudo no papel e não cumprir nada, e vice-versa. Recebemos as perguntas para o Aécio gravar as respostas. Tudo foi feito de acordo com a organização do evento. Queremos demonstrar, da nossa parte, realmente essa vontade e compromisso de impulsionar uma agenda para o agronegócio brasileiro.

Odacir Klein

Fui presidente de uma entidade nacional da cadeia produtiva de biodiesel. Aproveitamos todos os argumentos existentes a favor do etanol para o aumento da mistura obrigatória de biodiesel ao óleo diesel de 5% para 7%, até chegarmos aos 10%. Etanol e biodiesel são bioenergias. Avançamos no primeiro, e o segundo está complicado. Quando fui convidado para ser o coordenador do programa de governo na área de Agroenergia, a minha primeira reação foi pensar. Mas, mesmo fora de processo político e sem querer cargo público, assumimos o compromisso de participar e fazer as coisas avançarem. Se falarmos que o etanol está uma maravilha, tomaremos uma vaia justa. Pelo contrário, é um setor que está sacrificado, como estava, há pouco, o de biodiesel.

Xico Graziano

O problema não é nem de programa de governo. O próprio presidente da República Lula, à época, pediu para fazerem o máximo possível para investir no etanol. Os grupos empresariais acreditaram e fizeram. Como consideramos esse plano um símbolo do fracasso total, enfrentaremos e diremos a esse governo que não se pode continuar assim. No programa, as palavras poderão até ser bem colocadas, mas, efetivamente, isso não poderá ser levado a cabo por esse grupo de aliança. Durante esse período, assistimos ao enfraquecimento das estruturas públicas defensoras do agronegócio, a começar pelo MAPA.

Maurício Rands

A política energética é um dos pontos em que o Governo talvez mais esteja nas cordas. Nesse processo de construção do programa de governo, uma das audiências patrocinadas foi uma oficina sobre esse tema. Diagnosticamos que faltou ouvir de verdade, com *follow-up* daquilo dialogado, senso de planejamento e autonomia às agências reguladoras. O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) não se reunia, enquanto, na matriz energética brasileira, a participação da energia renovável caiu de 45% para 42%. Sem gerar biomassa, quarenta e quatro usinas do setor sucroalcooleiro fecharam as portas.

Tínhamos expectativas quando o Brasil elegeu Dilma Rousseff, egressa do setor da energia, com passagem como secretária de Minas e Energia no Rio Grande do Sul e como ministra de Minas e Energia no governo Lula. Mas, ela não teve condições de realizar aquilo que se esperava. Então, como é uma vocação brasileira, precisamos revigorar isso. Por que o Estado brasileiro não pode articular-se para transformar o álcool numa *commodity* internacional? Por que não podemos ter uma matriz descentralizada, em que as usinas possam ter autogeração? Existe uma série de questões para serem enfrentadas, a partir de um diálogo de verdade, com humildade e abertura para com o setor, o que tanto faltou nesse período.

William Waack

O etanol é um pedaço. Como caiu o preço do etanol, aumenta-se a produção e reduz-se também o preço do açúcar no mercado internacional. Isso prejudica o mercado de exportação do produto, e os nossos concorrentes ficam descontentes. A cadeia produtiva, com 70 mil fornecedores de cana no Brasil inteiro, perde condições de sobrevivência. A recuperação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) na gasolina corrige essa situação?

Odacir Klein

"Não vá o sapateiro além da sandália", diz o ditado antigo. Essa é uma questão tributária para ser discutida num contexto de governo. Cometeria extrema leviandade se me comprometesse, representando uma candidatura, com a retirada de um tributo. Não posso fazer isso.

Xico Graziano

Topamos. Isso já foi discutido entre nós. O objetivo da CIDE não é apenas tributar ou arrecadar, mas gerar recursos necessários para apoiar as atividades dentro de uma política energética associada, de meio ambiente e de instalação de infraestrutura.

Maurício Rands

Assumimos o compromisso com o Brasil de não elevar a carga tributária. Estudos, por exemplo, da Fundação Getulio Vargas mostram que, se rearrumarmos a estrutura tributária brasileira e a CIDE, não há impacto inflacionário. Mas, não faremos demagogia diante do momento que passamos. Não podemos brincar com aceno de aumento de tributo. Num segundo momento, com realinhamento, sabemos ser essa uma das políticas possíveis para equilibrar o etanol.

Roberto Rodrigues

A CIDE é uma compensação para as externalidades positivas do etanol que a gasolina não tem, em termos ambientais, de aquecimento global e da saúde humana, por exemplo. Então, há uma compensação adicional; não é só questão tributária.

Maurício Rands

Temos clareza dessa função extrafiscal da CIDE, mas, concretamente, hoje, com alíquota zero, propomos manter a carga tributária para reorientar a direção que o momento comporta. Entre os modelos discutidos sobre uma volta da CIDE, está uma vinculação mais direta com o transporte público. Então, essa externalidade negativa existente com o combustível fóssil envolveria a formação de um fundo de investimento em transporte público, de modo a diminuir a emissão de gás carbônico no conjunto do sistema. Tudo isso está sendo muito bem discutido, mas temos um compromisso muito sério de não aumentar a carga tributária. Colocaremos desincentivos à emissão de carbono e ao combustível fóssil e resgataremos

uma das vantagens relativas na matriz energética brasileira, que é o setor sucroenergético.

Maurício Rands

Dissemos que não só o presidente da República dialogará diretamente com o setor, mas também que o ministro será escolhido mediante consulta às entidades do setor.

Odacir Klein

Temos essa colocação de número de ministérios. Fui a primeira pessoa convidada para ser ministro do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), no governo Fernando Henrique Cardoso. Com o episódio Eldorado dos Carajás, o governo decidiu criar um Ministério específico para tratar da questão fundiária e da chamada agricultura familiar. Com a preocupação de se transformar o Rio Grande do Sul na capital das movimentações do Movimento Sem Terra (MST), com todas as suas consequências, o governador Antônio Britto vetou.

Somos da opinião de que a atitude do presidente Fernando Henrique Cardoso em criar o MDA foi correta. O MAPA precisa cuidar de políticas agrícolas, garantia de preços mínimos, defesa sanitária, comércio internacional e outros assuntos. O ministro do MAPA não pode ser o ministro responsável por determinadas questões que podem e até devem ser atendidas por outros ministérios. Assim, entendo a existência de um Ministério do Meio Ambiente para tratar da parte ambiental na área rural e urbana. Para os elos das cadeias produtivas do agronegócio, o interlocutor deve ser o MAPA.

Roberto Rodrigues

O MAPA é o ministério encarregado de formular a política agrícola brasileira. Possui as câmaras setoriais para cada uma das cadeias produtivas. Conta com corpo técnico competente e preparado. O problema consiste no cruzamento com outros ministérios, como o Ministério dos Transportes na estrutura logística de apoio, das regras de comércio internacional no Itamaraty, da matriz energética no Ministério de Minas e Energia, do orçamento no Ministério do Planejamento etc.

Enfim, os instrumentos da política agrícola não estão no MAPA, mas sim dispersos em vários ministérios; fora as agências e órgãos como a Anvisa, o Ibama, a Funai etc. Mas, o problema não está no número de ministérios. Com a estratégia do agronegócio na alçada do presidente da República, fica a cargo do ministro do MAPA a condição de cumprir tudo isso adequadamente. Tivemos um grande mineiro, chamado João Camilo Penna, que foi ministro do Comércio no tempo do Pró-álcool, responsável pela criação da Comissão Executiva Nacional do Álcool (CENAL), composta por técnicos de vários ministérios e instituições. Havia estratégica, coordenação e execução.

Maurício Rands

Quase 40% dos custos do agronegócio correspondem a logística e transportes, com investimentos de 2,4% do PIB, enquanto os estudos mostram a necessidade de, no mínimo, 4,5% para crescer 4% do PIB. Não se trata de levar o Ministério dos Transportes para dentro do MAPA, mas de planejamento estratégico e modelo de gestão.

Como secretário de governo na gestão de governador do Eduardo Campos, tínhamos quatorze objetivos estratégicos e fazíamos uma sessão mensal de monitoramento, coordenada pelo chefe do Poder Executivo. Havia um telão com a ata e os elementos de cada projeto. Diagnosticava-se o problema e, na mesma hora, o gestor determinava a providência, com registro em ata.

Assim, para cumprir o objetivo estratégico, por exemplo, de ampliar a participação do agronegócio brasileiro no mercado mundial, teríamos o ministro do MAPA e técnicos de diversos ministérios. Traremos para o governo federal os valores de produtividade, eficiência e gestão. Reduziremos os trinta e nove ministérios para a metade.

William Waack

Temos a participação de um grande número de internautas, com uma série de perguntas específicas, como investimento e compra de terras por estrangeiros.

Xico Graziano

É um dos assuntos dentro da agenda do agronegócio. Precisamos definir regras claras. Hoje, várias questões no País deixam os agentes econômicos e produtivos sem saber como fazer, como é o caso de investimento em terras por estrangeiros. A interpretação da Advocacia Geral da União (AGU), que vigeu durante um período, foi derrubada. Agora, se pensa diferente. Não precisa inventar muita coisa; é sentar, pactuar, negociar com o Congresso, definir e funcionar. Existe um problema sério de funcionamento.

Maurício Rands

Não podemos enfrentar essa situação com os preconceitos do passado. Queremos a economia brasileira cada vez mais in-

ternacionalizada. Essa mesma falta de preconceito aplica-se, por exemplo, à navegação de cabotagem. Temos de dialogar aberto e olhar para o futuro sem preconceito. A inserção do Brasil deve ser de olhar de igual para igual com qualquer potência mundial. Chegamos a terceira maior potência exportadora do mundo em agronegócio, na vanguarda da tecnologia tropical.

Odacir Klein

Quando assumi a Secretaria da Agricultura no Rio Grande do Sul, 70% da semente de soja tinham comércio clandestino no Estado. Era preciso ter coragem de institucionalizar. Foram feitas duas Medidas Provisórias: uma para autorizar a comercialização e outra para autorizar o plantio e colheita. Depois, veio a Lei de Biossegurança, com a criação da CTNBio. Muitas áreas precisam de normas, além de investimentos em terras por estrangeiros, como demarcação de terras indígenas, trabalho análogo a regime escravo, reconhecimento das terras de quilombolas etc. As soluções encontradas para a biotecnologia servem de modelo.

Roberto Rodrigues

Coloque isso no programa de governo.

William Waack

Para o Maurício, a compra de terras por estrangeiros deve ser tratada sem medo da internacionalização. Como o Brasil não é um país pequeno, podemos enfrentar essa questão de uma maneira positiva. Xico Graziano disse que precisamos sentar, pactuar e decidir a ação a ser feita. O Odacir colocou no mesmo balaio a questão fundiária. Enfim, estrangeiro pode ou não comprar terra? O nacionalista pode achar que eles levaram um pedaço do País para fora.

Roberto Rodrigues

O japonês que comprar uma fazenda no Brasil não levará a terra para o Japão. Ele plantará e usará insumos e máquinas aqui, com geração de emprego e riqueza para exportar para qualquer outro país. Temos terra, tecnologia e gente, mas falta capital. Esse investimento de capital estrangeiro necessita de regras claras, como o de limite de acordo com o tamanho do município. Um fundo soberano de uma nação não pode comprar terra. O fundo soberano está dentro do Estado; não tem cabimento.

William Waack

Um internauta pergunta se, reeleita, a Dilma aumentará os recursos para o crédito rural.

Odacir Klein

Se pegarmos as séries estatísticas, veremos um aumento nos valores destinados ao agronegócio durante os últimos anos. Este aumento, que tem sido constante e expressivo, deverá ser continuado como política. No caso do seguro agrícola, partimos de 27.846 produtores com coberturas, em 2007, para 65.556, no ano passado. Avançamos bastante, mas não solucionamos o problema.

Xico Graziano

A cada ano, seguindo o crescimento da economia brasileira, o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), meio em frangalhos como funciona, tem atendido. Agora, cada vez mais fica importante pensar melhor no seguro rural. O valor do prêmio de subvenção para a safra 2014/15 ficou o mesmo valor da temporada anterior. Menos de 10% da área plantada no País são contemplados com seguro. O Fundo de Catástrofe continua à espera de regulamentação.

Maurício Rands

É importante o senso de direção nesses recursos. É preciso ver a condição orçamentária e da economia. Implantaremos políticas macroeconômicas e de gestão para aumentar o espaço fiscal e o financiamento rural ao setor privado. Multiplicamos por quatro os investimentos em Pernambuco. Apoiaremos o prêmio de subvenção do seguro para ajudar o resultado do produtor.

William Waack

Qual é o conceito de sustentabilidade pactuada pelos candidatos?

Maurício Rands

A sustentabilidade envolve a visão econômica, ambiental e social, como está no documento da Fundação Getulio Vargas e

das entidades do setor. Temos políticas específicas para deixar o agronegócio brasileiro cada vez mais caracterizado com relação a cada uma dessas áreas. Isso facilitará para conquistar mercados. Representamos uma sintonia que sopra e declara exaurida essa forma tradicional de administrar a coisa pública no Brasil.

As vezes em que se sintonizou com o vento da sociedade, com as aspirações oriundas dela, o Brasil caminhou bem. Foi assim no combate ao regime autoritário, na estabilização econômica e no enfrentamento das desigualdades e da exclusão social. O povo quer uma nova forma de fazer política e um novo padrão de gestão do Estado, com serviços públicos de qualidade.

Xico Graziano

Temos uma visão muito clara e tranquila. A produção sustentável impõe-se como uma tendência global, na agropecuária e na indústria. Fazer plantio direto na palha e reciclagem de embalagens de produtos agrotóxicos, o Brasil é campeão nessa agenda. É inaceitável a discussão sobre sustentabilidade ser colocada contra o setor agrícola. Precisamos discutir e evoluir no entendimento desse processo.

Os agricultores brasileiros aceitam e fazem as boas práticas que nos levarão ao mundo sustentável. Não se pode opor os ambientalistas aos agricultores como se uns fossem os bonzinhos e os outros fossem os vilões. Esse foi o lado perverso na discussão do Código Florestal. Trabalharemos para superar essa divergência. Os agricultores serão cada vez mais conservacionistas. É a tendência do mundo. Não adianta colocar regras que impedem a produção e tiram a renda do agricultor. Do ponto de vista conceitual, afinamos a viola. O problema é não fazer os agricultores entrarem numa cilada.

Odacir Klein

O Código Florestal acentuou essa dicotomia de visão urbana sobre o agricultor. Foi uma discussão necessária pela desinformação existente. Construímos uma base de suporte em nível parlamentar para podermos negociar e avançar no seu texto. Ficava irritado quando a agricultura era colocada como agente de desmatamento, queimada e poluição. A sustentabilidade, nas suas vertentes econômica, social e ambiental, aparece no setor com o plantio direto na palha, a agricultura de precisão, as máquinas e os equipamentos modernos, dentre outras práticas.

Roberto Rodrigues

Gostaria de dar a *genesis* dessa conversa. Um Grupo de Trabalho cuidou disso, coordenado pelo Elísio Contini, com a presença do Luiz Carlos Guedes, Ivan Wedekin, Célio Porto, Décio Gazzoni, Mauro Lopes e Luiz Pinazza. Estes sete técnicos montaram o primeiro *draft*, enviado, no final de maio, para mais de quarenta entidades de classe. Mais de trinta delas responderam, com sugestões e supressões, dando origem ao documento final, que entregamos aos três candidatos: Dilma, Eduardo e Aécio. O processo envolveu muita discussão e trabalho.

Agora, para entrar e encerrar essa conversa de sustentabilidade, precisamos registrar algo interessante: nem os ambientalistas, nem os produtores rurais gostaram do Código Florestal. Isso é ótimo, significa que está balanceado. Precisamos propor para o presidente da República a necessidade de mudar a cabeça quanto à questão ambiental no Brasil. Vamos deixar de penalizar e dar multa ao produtor. Ao contrário, vamos premiá-lo com a introdução do programa de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA). Isso precisa ser regulamentado com rapidez; junto ao Cadastro Ambiental Rural (CAR), estimular o produtor a fazer sustentabilidade e ganhar dinheiro com isso.

Xico Graziano

Estamos buscando conhecer todo esse documento. Fizemos uma primeira análise. É realmente muito bem feito. Representamos uma candidatura de oposição ao governo. Estamos predispostos a conversar, alinhavar e negociar com o Congresso todos esses temas aqui discutidos. Esse é o caminho do progresso e da sustentabilidade.

Roberto Rodrigues

A pesquisa apresentada no Painel anterior deixou bem clara a falta de medo do povo brasileiro quanto à segurança alimentar. Acontece que o mundo, ao contrário, está preocupado com essa questão nada trivial. O Brasil pode desempenhar um papel impressionante nesse negócio, como a única forma de se ter paz no mundo. Um homem com fome é um homem "brabo". Um homem com o filho com fome é um guerreiro revolucionário. Então, para acabar com a fome, precisa-se ter segurança alimentar no mundo. Essa deve ser a prioridade zero do governo brasileiro.

William Waack

Viram como funciona um debate sem regras? Adoraria fazer isso na televisão. Agora, quando colocamos a câmera de televisão, as pessoas ficam um pouco diferentes. Talvez, o ideal fosse fazermos um debate desses com o público na televisão. A impressão é de que seria útil para todos nós. Agradeço muito a cooperação de todos. Foi muito enriquecedora e exemplar; tornou o trabalho muito mais fácil.

HOMENAGENS

PRÊMIO NORMAN BORLAUG 2014*
HOMENAGEADO: URBANO CAMPOS RIBEIRAL

Mesa de entrega

Fernando Penteado Cardoso, presidente honorário da Fundação Agrisus
Mônika Bergamaschi, secretária de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo
Antonio Roque Dechen, professor da Esalq-USP e presidente da Fundação Agrisus
Luiz Carlos Corrêa Carvalho, presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

A história do homenageado

Na cidade de Ubá, interior de Minas Gerais, em 1935, nascia um menino cuja trajetória seria invejável, por sua determinação e perseverança. Urbano Campos Ribeiral é filho de Maria da Conceição Ribeiral e José Pacheco Ribeiral, agricultores que cultivavam tabaco para sustentar a família. Primogênito, aprendeu com o pai a lavrar a terra e passou a primeira infância na roça.

Já aos dez anos, viu-se obrigado a mudar seu rumo de vida, quando, em um acidente de caminhão, perdeu o pai querido. Assim, muito cedo, as doces tardes no campo foram substituídas pela disciplina de um colégio interno, mas foi aí que já demonstrou a que veio, frequentando com regularidade o quadro de honra pelas medalhas que recebia.

Esforçado, exigente consigo mesmo, não seguiu a carreira sonhada por sua mãe, a Medicina, mas dedicou-se de corpo e alma ao estudo da Agronomia, formando-se em 1962 pela Universidade Federal de Viçosa, onde seguiu como professor, a convite da instituição. Após dois anos, iniciou seu curso de

* O prêmio Norman Borlaug, instituído pela ABAG em parceria com a Agrisus e a USP, é uma homenagem ao homem que salvou da inanição centenas e milhões de vidas. Esse engenheiro agrônomo foi o primeiro Nobel da Paz por trabalhos na agricultura e é considerado o pai da Revolução Verde. Borlaug nasceu nos Estados Unidos, em uma época em que, no mundo, havia 1 bilhão de pessoas. Dedicou-se ao desenvolvimento de espécies de trigo resistentes a pragas e triplicou a produção mundial de grãos. Foi um ferrenho defensor do implemento de novas tecnologias, o que permitiu a produção de mais quilos por hectare. Ao morrer, em 2009, Borlaug deixou um Planeta com 7 bilhões de pessoas. O prêmio com seu nome é uma homenagem às melhores ideias que ajudam a combater a fome no País e a desenvolver o agronegócio. E é com grande satisfação que a ABAG anuncia que, neste ano, o prêmio Norman Borlaug vai para o engenheiro agrônomo Urbano Campos Ribeiral.

Pós-graduação, quando foi convidado, dessa vez pela Agroceres, para um novo e grande desafio; para isso, contou com o apoio de sua fiel esposa, Nice Araújo Ribeiral, com quem se casou em 1965.

Na empresa, tornou-se pesquisador, geneticista de milho. Em cinco anos, o casal mudar-se-ia com três filhos pequenos para os Estados Unidos, onde Urbano obteve seu PhD pela Universidade de Purdue. De volta ao Brasil, seu talento de pesquisador levou-o a desenvolver os principais híbridos de milho da Agroceres, que chegaram a representar mais de 60% das vendas da empresa.

Com a carreira evoluindo, tornou-se administrador, diretor da divisão vegetal, até que, em 1996, outra perda, desta vez de seu amigo, cunhado e presidente da empresa, Ney Bittencourt de Araújo, marcaria sua vida e o confrontaria com novos desafios. Tornou-se presidente, cargo no qual, com a serenidade e a admiração dos subordinados, conseguiu aumentar os negócios da empresa, mesmo durante os difíceis anos para a economia da década de 1990. Também foi como presidente que teve de enfrentar outra provação, a venda da divisão vegetal, o que fez com sucesso, apesar da dor.

Urbano é um homem exemplar que dedicou sua carreira à Ciência, tendo desenvolvido admiravelmente a pesquisa no Brasil sobre milho e também sobre suínos e aves. Esse é o exemplo de vida deste geminiano, a quem seus amigos carinhosamente reputam como exímio jogador de sinuca. Por seu admirável trabalho na condução de uma das importantes indústrias nacionais do setor agrícola, pelo incansável estímulo à pesquisa e ao desenvolvimento de novas tecnologias e por sua grande contribuição ao agronegócio brasileiro, Urbano Campos Ribeiral é o dileto homenageado do prêmio Norman Borlaug 2014.

Fernando Penteado Cardoso

O homenageado é ligado à empresa Agroceres, com uma longa tradição na produção de sementes no Brasil. Fico muito honrado e agradecido em ter sido convidado para entregar o prêmio Norman Borlaug ao Urbano Campos Ribeiral. Tenho um motivo especial pelo privilégio de me tornar um amigo próximo e pessoal do Norman, grande entusiasta do Brasil. É uma alegria particular participar da premiação de um colega também engenheiro agrônomo.

Urbano Campos Ribeiral

Meus profundos agradecimentos à ABAG pela homenagem. É muito honroso para qualquer pesquisador receber o prêmio Norman Borlaug, Prêmio Nobel da Paz em 1970, considerado o pai da Revolução Verde. Geneticista que dedicou sua vida profissional ao melhoramento do trigo. Com seu trabalho, contribuiu para aumentar a produtividade deste cereal e reduzir a fome de milhões de seres humanos, principalmente na Ásia.

A explosão demográfica, basicamente um fenômeno do terceiro mundo, torna o problema alimentar crucial para os países em desenvolvimento. Somente a adoção de tecnologias modernas e o envolvimento de todos os elos da cadeia produtiva podem minorá-lo.

Na equação alimento/população, é necessário atuar no numerador e no denominador, com o aumento da quantidade e da qualidade do alimento, além de promover a melhoria da população por meio da educação e da qualidade de vida. Por isso, é pertinente que se discuta esse período de transição tecnológica pelo qual estamos passando, bem como discutir como seria possível reduzir os seus efeitos. É preciso, enfim, que sejam definidas claramente as prioridades para nortearem a política de balanceamento entre a proteção do homem e o ambiente, esse grande dilema da sociedade moderna.

Foi com o propósito de discutir esses problemas e de buscar a harmonização entre os elos das cadeias envolvidas no agronegócio que Ney Bittencourt de Araújo, então presidente da Agroceres, liderou a fundação da ABAG. Neste ano, a última completa vinte e um anos. Que esta maioridade possa significar cada vez mais empenho nessa importante função. Reitero os meus agradecimentos à ABAG, especialmente ao seu presidente, Luiz Carlos Carvalho, por esta homenagem. Agradeço também a todos os presentes que vieram conferir brilho e prestígio a esta solenidade e ao Congresso.

PRÊMIO PERSONALIDADE DO AGRONEGÓCIO NEY BITTENCOURT DE ARAÚJO 2014*

HOMENAGEADO: JOÃO PAULO KOSLOVSKI

Mesa de entrega

Márcio Lopes de Freitas, presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)
Luis Carlos Corrêa Carvalho, presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)
Roberto Rodrigues, coordenador do GV Agro da FGV
Maurício Antônio Lopes, presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

A história do homenageado

Neste ano, o Prêmio Personalidade do Agronegócio Ney Bittencourt de Araújo vai para o ilustre engenheiro agrônomo João Paulo Koslovski. Dedicação, coragem e liderança são as principais características do homenageado, que é, há quase quatro décadas, figura de expressão no corporativismo paranaense e brasileiro.

Para Koslovski, o cooperativismo é uma forma de viabilizar o crescimento social, distribuir renda e é um caminho para a lição. Filho de Estanislau e Catarina, começou a trabalhar cedo: ajudava o pai no ofício de mestre de obras, em Curitiba. Teve uma infância marcada pela humildade, o trabalho e o amor, junto aos seus quatro irmãos.

Daqueles tempos de menino, traz boas lembranças. João Paulo sempre foi considerado um craque da bola, mas as responsabilidades da vida adulta chegaram. Decidiu ser engenheiro agrônomo. Dedicou-se aos estudos. Em 1972, formou-se pela Universidade Federal do Paraná. Diplomado, inscreveu-se em dois concursos, um em Minas Gerais e outro no Paraná. Passou em ambos e, embora o salário oferecido em Minas fosse bem melhor, optou por permanecer em seu Estado natal. Ingressou na Acarpa, atual Emater-PR. Dava

expediente na Cooperativa de Bom Jesus, na cidade de Lapa, onde deu os primeiros passos no cooperativismo, setor que lhe despertava uma grande admiração.

Em meados de 1975, foi designado ao cargo de chefe do escritório e assessor da cooperativa de Lapa. Nesta função, dava suporte a assessores de diversas cooperativas localizadas em Curitiba, Ponta Grossa e Guarapuava. No ano seguinte, recebeu o convite do então presidente da Organização das Cooperativas do Paraná (Ocepar), Benjamim Hammerschmidt, para ser diretor executivo da entidade.

Em 1987, lançou o livro "Autogestão nas Cooperativas, Liberdade com Responsabilidade", no qual, entre outros temas, defende a independência do sistema cooperativista. Fica presidente da Ocepar em 1996. Muitas cooperativas brasileiras

* Ney Bittencourt de Araújo é um dos homens mais importantes na história do desenvolvimento da agricultura do Brasil. Em sua homenagem, a ABAG deu seu nome ao prêmio que reconhece e contempla as maiores contribuições ao agronegócio brasileiro. Presidente, diretor ou conselheiro em mais de vinte entidades ao redor do mundo, este engenheiro agrônomo foi um líder que contribuiu de forma admirável para o progresso dos negócios agropecuários em nosso País, tendo sido um dos fundadores da ABAG. Na verdade, a ABAG é o resultado de um trabalho de muito tempo, no sentido de uma visão moderna daquilo que é a cadeia de alimentos, fibras e biomassa.

passavam dificuldades com as dívidas devido aos sucessivos planos econômicos, quando os preços agrícolas ficavam congelados ou desabavam. Sob sua liderança, o setor mobilizou-se em torno de discussões para renegociação de dívidas e capitalização das cooperativas. Veio, então, o Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária (RECOOP), que refinanciou a dívida num período crítico.

Definitivamente, João Paulo nasceu para liderar. Incentivou a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop). Como homem visionário, idealizador e empreendedor, aparece na linha de frente das grandes entidades paranaenses e nacionais. Pelo exemplo de dignidade humana e inestimável contribuição ao cooperativismo e por sua luta pelos ideais do agronegócio brasileiro, João Paulo Koslovski é o homenageado de 2014 do prêmio Ney Bittencourt de Araújo.

Márcio Lopes de Freitas

Cumprimentamos a todos os presentes neste Congresso maravilhoso, que faz parte da nossa agenda como atuantes no agronegócio. Fica até um pouco difícil apresentar o João Paulo Koslovski. Temos uma relação de amizade, mas destacamos o João como um grande profissional e executivo. Comprometido, dedica a sua vida ao desenvolvimento das pessoas.

Ao longo da sua história, o começo, lá na base, como engenheiro agrônomo, no interior do Paraná, na Lapa. O trabalho com as cooperativas como técnico, superintendente e presidente. Lidera um trabalho fantástico no sistema cooperativista do Estado do Paraná. Com persistência, realiza uma atividade intensa de maneira extremamente profissional e dedicada.

A ABAG foi muito feliz na escolha do João Paulo para esta premiação. As cooperativas avançam com o agronegócio brasileiro, tendo na sua capacidade uma referência de liderança. Assim, conseguimos ter o agro e o cooperativismo com mais inteligência, focados e modernos. Então, é uma grande honra, João, estar aqui apresentando esta merecida homenagem.

João Paulo Koslovski

Cumprimento e parabenizo o presidente da ABAG, Luiz Carlos Carvalho. No nosso contexto do agronegócio, este evento é sempre uma referência. Tive a oportunidade de conviver com Ney Bittencourt, uma pessoa além de seu tempo. Possuía ideias avançadas e propiciou realmente um reconhecimento muito grande em relação ao agronegócio. Portanto, além dessa ser uma alegria muito grande, o recebimento deste prêmio é um reconhecimento ao cooperativismo paranaense e brasileiro.

Nos últimos dez anos, o cooperativismo do Paraná cresceu acima de 10% ao ano. Com investimentos fortes no capital humano, conseguimos, realmente, avanços significativos. Com participação em quase 50% da produção de alimentos deste País, o cooperativismo mostra a sua importância no contexto da economia brasileira.

No Paraná, temos quinze cooperativas com faturamento anual superior a R$ 1 bilhão. Isso evidencia a participação ativa dos municípios do interior no desenvolvimento econômico e social, com geração de emprego e distribuição de renda. Este prêmio fortalece-nos a continuar no trabalho por uma política agrícola de renda mais consistente, especialmente em relação à garantia de preço ao agricultor. Dar mais segurança jurídica e evitar os problemas enfrentados nas questões indígenas e quilombolas, por exemplo.

Para defender os interesses para produzir alimentos e biomassa, é fundamental essa energia. Zerar a tributação na alimentação básica, que vai de 8% a 12% ainda hoje, seria um avanço muito grande para efetivamente baratearmos a cesta básica. Daríamos condições para o agricultor ter uma condição melhor de sobrevivência. Estamos estimulados a prosseguir nessa luta, que não é apenas do cooperativismo, mas para a sociedade brasileira ter uma condição de vida melhor. Sucesso a todos.

ENCERRAMENTO

Luiz Carlos Corrêa Carvalho
Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

Tivemos um dia longo e proveitoso. O conteúdo das discussões revelou o consenso do quanto o agronegócio é vital para a economia brasileira. Falamos muito de mudança desde a visão do cidadão urbano até o político. Mas, há um velho sistema que não muda e não mudará se a semente da mudança não for internalizada.

É fundamental o Governo aproximar-se do produtor. Nesse mundo volátil de oferta agroindustrial, com muitos riscos, protecionismos externos e exposição total aos fatores macroeconômicos, os vários elos das cadeias produtivas estão muito desequilibrados. Vimos isso durante o tempo todo de hoje, apesar de eles serem a base de sustentação deste País.

Ouvimos com atenção a consciência do cidadão urbano sobre o agronegócio. Aprendemos a importância-chave de saber usar as redes sociais. É o instrumento para acompanhar e entender o posicionamento dos detratores sobre as nossas cadeias produtivas.

Precisamos salientar as ameaças das inseguranças jurídicas. Seguimos cada vez mais pressionados com a expansão das áreas não produtivas via acordos políticos prestes a gerar uma verdadeira bola de neve num país tropical.

Limitada por recursos naturais cada vez mais disputados no mundo, uma nova arquitetura de poder global está a cobrar do Brasil, face às suas maiores dimensões territoriais, uma maior responsabilidade, com menos ideologia, nas questões associadas à insegurança alimentar e energética.

O quadro externo mostra a necessidade de maior inserção comercial do Brasil. Como força global efetiva, temos grandes chances, desde que consigamos, inexoravelmente, relacionar as mudanças a fazer no tempo cobrador de todos os prazos. As mudanças levam a outros patamares, alavancadas pelo sucesso ou pelo fracasso anterior.

Vivemos num mundo em transição, em que somente a visão fechada do passado não dá alternativa, assim como a ilusão ideológica acarreta custos elevadíssimos. Vale citar Fernando Pessoa: "Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas, que já tem forma do nosso corpo, e esquecer os nossos caminhos que nos levam sempre aos mesmos lugares. É o tempo da travessia. Se não ousarmos fazê-la, teremos ficado, para sempre, à margem de nós mesmos".

Ousemos e busquemos o novo. Sem isso, a discussão da sustentabilidade fica no campo do discurso. Essa reflexão deverá estar presente na campanha política que se abre. É o momento de sentir nos candidatos a prenhez com a semente da inovação e do protagonismo do agronegócio.

A secretária Mônika Bergamaschi ajudou na busca do significado mais claro de protagonismo, que possui cinco etapas interligadas e interdependentes: a primeira é da atitude, fruto da disciplina e da visão inspiradora do futuro, saber aonde se quer chegar e o que se fazer para chegar lá; a segunda é a proatividade, a ação mais forte do que a reação; a terceira é a necessidade e a posição de paixão, o prêmio por uma causa que vai além do instinto pela sobrevivência; a quarta é o significado de contribuir e realizar; a quinta é repensar as ideias e ações com base na realidade.

O protagonista entende que a atitude é o combustível da proatitividade e esta, por sua vez, prove todas as necessidades, desperta nossa paixão, produz significado e obriga-nos a repensar em como podemos transformar-nos em seres humanos cada vez melhores e mais competitivos. Ficamos felizes com o evento. Devemos repetir dessa forma. Agradecemos a presença e a participação ativa de todos. Esperamos revê-los no próximo ano.

REPERCUSSÃO

Os debates do 13º CBA reverberaram em todos os meios de comunicação: televisão, rádios, jornais, revistas, portais, agências de notícias e mídias sociais.

Participaram do evento cerca de 218 profissionais da imprensa, dos quais 129 são jornalistas, com a geração de mais de 300 matérias.

Mídias sociais

16 mil pessoas acompanharam as publicações sobre o evento nas redes sociais da ABAG (Facebook e Twitter).

Workshop de Jornalistas

Pelo quarto ano consecutivo, a ABAG, em parceria com a Andef (Associação Nacional de Defesa Vegetal), o CIB (Conselho de Informações sobre Biotecnologia), o inpEV (Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias), o SINDIVEG (Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal), GTPS (Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável) e a Rede de Comunicadores Agropecuários da América Latina e Caribe, realizou o Workshop de Jornalistas, no dia 5 de agosto.

Público via internet

A transmissão do Congresso pela *web*, feita em parceria com a Safras & Mercados com tecnologia de última geração (apresentação via *flash* e com *chat online*), possibilitou o acesso a 4.866 internautas, por meio de computadores, *tablets* e *smartphones*.

O 13º CBA contou com vários parceiros de mídia

AG
O Brasil Agrícola agranja
AgriMotor
AgroANALYSIS
Agro DBO
www.agrolink.com.br
AVEWORLD
Avicultura Industrial
BEEFWORLD
Calendário do Agronegócio Feiras e Exposições
CMA
DBO
ESPM
feed&food e multi
GLOBORURAL
Máquinas e Implementos Agrícolas
revista PLANTAR www.revistaplantar.com.br
PORKWORLD

FAESP* - APOIO ÀS ENTIDADES DO AGRONEGÓCIO

Fábio de Salles Meirelles
Presidente do Sistema FAESP-SENAR-AR/SP

Manter o homem no campo, assegurando seu desenvolvimento e prosperidade, é a grande meta da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo; daí suas ações serem direcionadas para o equilíbrio das cadeias produtivas e a sustentabilidade dos negócios no campo, garantindo renda e uma melhor condição de vida ao produtor, ao trabalhador rural e aos seus familiares.

Um país de dimensão continental como o Brasil não pode prescindir de políticas públicas de médio e longo prazo, bem como de políticas de mercado, tais como mecanismos de proteção ao produtor, essenciais para a manutenção das atividades agropastoris e a produção de alimentos, gerando emprego e renda e estimulando as suas bases econômicas, ao fortalecer a agroindústria, o comércio e a indústria de máquinas, tratores, implementos e insumos agrícolas.

A FAESP, mantendo-se atenta a esse objetivo, envia seus esforços no sentido de sensibilizar as autoridades para a importância dessas ações, já que não se pode pensar em agronegócio sem considerar o valor e a realidade da produção, sendo esse um trabalho permanente e contínuo, ao reconhecer o valor do produtor como indutor fundamental para o desenvolvimento econômico e social da nação brasileira.

A força do Brasil está alicerçada na agropecuária, e, quanto mais consolidarmos a economia agrícola, mais estaremos sedimentando as bases econômicas do nosso País.

* Patrocinador *master* do 13º Congresso Brasileiro do Agronegócio

Narrativa da FAESP

Tendo uma relação do trabalho genuíno com a natureza, que proporciona qualidade de vida local e global e a preocupação constante com o que é imprescindível, promovendo a inovação e criando diversas tecnologias de produção sustentável, a agropecuária paulista é considerada um dos motores do desenvolvimento nacional.

Alinhada a essa capacidade singular de promover a expansão do País, a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP) atua, desde os anos 50, como protagonista das conversações e movimentos de pecuaristas e agricultores.

Desde o seu primeiro presidente, Luiz Emmanuel Bianchi, a Federação incorporou os legítimos ideais de liderança. Na época, a entidade já ocupava posição de destaque no estudo, coordenação, proteção e representação legal da categoria econômica rural perante os poderes públicos. Em 1975, uma nova era da história agropecuária paulista e brasileira inicia-se quando a FAESP torna-se pioneira nas negociações entre a categoria profissional dos trabalhadores rurais e a categoria econômica dos empregadores. Essa visão conciliadora resultou na primeira Convenção Rural do Brasil e América Latina e deu origem às convenções coletivas de trabalho.

Décadas depois, reafirmando a sua ampla representatividade, sob a gestão de seu atual presidente,

Fábio de Salles Meirelles, a FAESP se mantém vigorosa e transparente na capacitação e defesa das questões inerentes às comunidades rurais. Nessa extensa rede de atribuições da FAESP, encontra-se também a gestão do SENAR, criado em 1991, tendo como objetivo capacitar a população rural nos temas de grande impacto do setor, contribuindo para a sua integração na sociedade, a melhoria da sua qualidade de vida e o pleno exercício da cidadania. São 215 cursos e dez programas de capacitação, além de setenta e uma ações na área de promoção social.

No edifício sede em São Paulo e nos três centros técnicos do SENAR, são atendidos diretamente 86% dos municípios paulistas e indiretamente os demais municípios por parcerias e convênios. O agronegócio representa, hoje, 25% do PIB brasileiro e conta com mais de 5 milhões de propriedades rurais, com exportações de US$ 100 bilhões e geração de superávit comercial superior a US$ 80 bilhões, contribuindo na alimentação de populações de mais de 180 países dos cinco continentes.

O agronegócio paulista exibe uma agropecuária extremamente diversificada e produtiva, respondendo por um quinto das exportações do País e um valor bruto da produção agropecuária de R$60 bilhões, o maior do Brasil. São Paulo é referência na produção e exportação de carnes, grãos, produtos florestais, café, frutas, suco de laranja, açúcar e etanol.

A FAESP busca criar soluções e diretrizes de trabalho para fortalecer as principais cadeias produtivas do Estado. A realização de grande número de encontros, missões recebidas de vários países e delegações de empresários e governantes são a prova incontestável da competência da FAESP no crescente intercâmbio de informações.

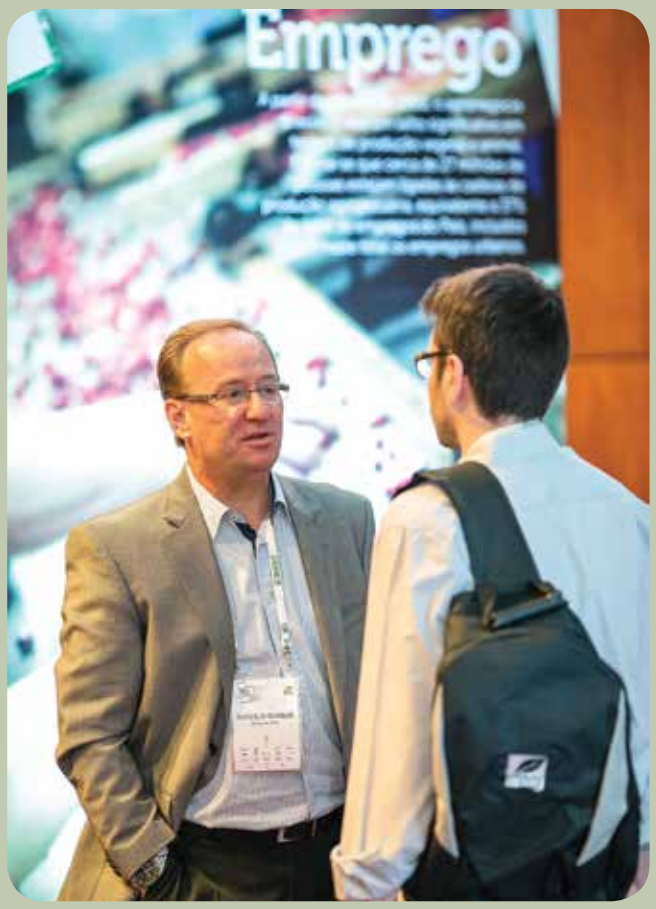
Como um das entidades realizadoras da Agrishow, feira agrícola que está entre as três mais importantes do mundo, a FAESP reconhece a importância das novas tecnologias e do desenvolvimento do setor. Dentro deste princípio, defende uma política agrícola plurianual e programas setoriais permanentes, fundamentados na elevação da produtividade, no ganho de eficiência, na segurança alimentar e na estabilização da renda no campo.

O trabalho diário embasa-se nas diretrizes estratégicas definidas pela FAESP. Fortalecemos os objetivos em torno da união dos produtores e do sistema sindical. Valorizamos o papel e a imagem do produtor rural e estimulamos a diversificação das atividades agropecuárias.

Com a otimização dos recursos e os processos produtivos baseados nas práticas sustentáveis, agregamos valor à produção por meio do aumento da qualidade, adoção de certificação e adequação dos canais de comercialização. Mitigamos os riscos de produção, dos mercados legal, financeiro e humano. Incentivamos a geração de pesquisa, desenvolvimento e inovação. Promovemos a competitividade pela facilitação do ambiente de negócios e adequação das políticas públicas.

Com legitimidade, a FAESP está ajudando a escrever as linhas da história da agropecuária nacional, contribuindo de maneira marcante na dinâmica das decisões em um dos setores mais produtivos do Planeta. O sistema FAESP/SENAR orgulha-se de integrar o agronegócio, alicerce de uma nação na vanguarda do desenvolvimento sustentável.

AQUI TEM AGRO
abag
Educação
abag
Tecnologia


Emprego

DIRETORIA DA ABAG

Presidente
Luiz Carlos Corrêa Carvalho

Vice-presidente
Francisco Matturro

Diretores
Alexandre Figliolino
Almir Dalpasquale
André Pessoa
César Borges de Sousa
Christian Lohbauer
Eduardo Daher
Ingo Plöger
Luiz Lourenço
Marcello Brito
Mario Fioretti
Urbano Campos Ribeiral
Valmor Schaffer
Weber Porto

Diretor Executivo
Luiz Cornacchioni

Coordenadoria Técnica
Luiz Antonio Pinazza

ANAIS DO 13° CONGRESSO BRASILEIRO DO AGRONEGÓCIO

GV Agro Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas

FGV-EESP Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas

Coordenação
Luiz Antonio Pinazza

Apoio
Elizabeth Mochizuki
Emilia Dualibi Santos
Gislaine Balbinot
Evandro Jacóia Faulin
Viviane de Carvalho

Revisão
Alexandre Sobreiro

Design e produção gráfica
Alexandre Monteiro

Fotos
Gerardo Lazzari

AQUI TEM AGRO

13º Congresso Brasileiro do Agronegócio

Agronegócio Brasileiro: Valorização e Protagonismo

A Abag encerra a 13ª edição do Congresso Brasileiro do Agronegócio com grande sucesso. O evento possibilitou um intenso e proveitoso debate sobre as propostas para o futuro do agronegócio. Diante da repercussão do evento, agradecemos, mais uma vez, a participação do público e a confiança depositada pelos associados e patrocinadores.

abag
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO

#AquiTemAgro

www.abag.com.br

Patrocínio Master

FAESP

Patrocínio Ouro

ABRACASE II · Banco do Brasil · BM&FBOVESPA A Nova Bolsa · Bayer CropScience · BNDES · CAIXA · CNH Industrial · cocamar · cooxupé · John Deere · Massey Ferguson · Monsanto · Sistema OCB · pwc · safras & mercado · syngenta · Valtra

Apoio

abagrp · inpEV · Governo do Estado de São Paulo